ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Anais

XI Encontro Anual da FINEDUCA (2023)

Eixo Temático
Políticas de Financiamento da Educação Superior

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

RESUMOS

A política de Assistência Estudantil na UFPA: entre auxílios financeiros e vulnerabilidade socioeconômica

Lilian Cristina Santos Araújo
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Arrocho salarial dos técnico-administrativos em educação no contexto da financeirização da economia brasileira: perspectiva para aumento do endividamento?

Felipe Melo dos Santos
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
André Rodrigues Guimarães
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá/AP – Brasil

Como as Universidades Federais morrem: uma análise crua e perturbadora das ameaças perpetradas pelo Bolsonarismo

Teomar Manduca Aires Leal
Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO – Brasil
Weber Tavares da Silva Junior
Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO – Brasil

Educação Superior Municipal no Brasil: um levantamento sobre o financiamento de Universidades e Centros Universitários com campi fora de sede

Cristina Helena Almeida de Carvalho
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil
Sueli Mamede Lobo Ferreira
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil
Ivete Maria Barbosa Madeira Campos
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil
Isabella de Araujo Goellner
Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasília/DF – Brasil

Entre mercado e conhecimento: a influência da lógica neoliberal nas políticas do Ensino Superior brasileiro

Mariana Martins Pereira
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP – Brasil
Renata Lívia Soares Perini
Secretaria Municipal de Educação, São Paulo/SP – Brasil

Financeirização da Educação Superior: Governança Corporativa e as estratégias de acumulação de capital das IES privado-mercantis

Tarcísio da Silva Cordeiro
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Financiamento da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET's

Vera Lucia Jacob Chaves
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
Raimunda Conceição Rosa Pedrosa
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Financiamento das Universidades federais e despesas da União com o Fies e gastos tributários com o Prouni: um estudo comparativo (2003-2022)

Franciele Quevedo dos Santos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Cascavel/PR – Brasil
Luiz Fernando Reis
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Cascavel/PR – Brasil

Financiamento e endividamento estudantil no ensino superior na era da financeirização do capital

Leila Maria Costa Sousa
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
Vera Lucia Jacob Chaves
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Governança Corporativa na Educação Superior: análises entre o público e o privado

Fabiola Bouth Grello Kato
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
Luma Barbalho Pontes
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
Carolina Costa da Costa
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

O contingenciamento e o desfinanciamento de recursos públicos: relato do estudo de caso na Universidade Federal de Goiás (UFG)

Valéria Gouveia do Carmo Ferreira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Goiânia/GO – Brasil
Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Goiânia/GO – Brasil

O FIES e o financiamento da educação superior privada no Brasil entre 2010 e 2022: uma análise a partir do Fundo Público

Camila Furlan da Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil
Pedro de Almeida Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

O Financiamento do Ensino Superior e o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular

Ana Paula Batista da Silva Brito
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

O impacto dos cortes orçamentários na manutenção da política de assistência estudantil da UFRGS

Jessica Froehlich Flores
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil
Camila Furlan da Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

O Privado como Política Pública do Ensino Superior de Santa Catarina

Fernanda Denise Siems
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC – Brasil

Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): Financiamento e Expansão no Contexto da Emenda Constitucional 95/2016

Cristiane Praciano Lauriano de Lima
Secretaria de Estado de Educação do Ceará, Fortaleza/CE – Brasil
Maria Aparecida dos Santos Ferreira
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), São Paulo do Potengi/RN – Brasil

Uma Revisão Sistemática da Literatura sobre o Financiamento da Educação Superior no Brasil

Helena Agelos
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil
Claudia Regina Baukat Silveira Moreira
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

A política de Assistência Estudantil na UFPA: entre auxílios financeiros e vulnerabilidade socioeconômica

Lilian Cristina Santos Araújo

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

lilianaraujo@ufpa.br

Resumo

O presente artigo objetiva analisar a política institucional de Assistência Estudantil (AE) efetivada na Universidade Federal do Pará (UFPA), com ênfase para a concessão dos auxílios financeiros, a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A metodologia consiste em pesquisa documental, com base em legislações, Editais e Instruções Normativas publicados pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) da UFPA. Constatou-se que a dotação orçamentária destinada às ações de AE na UFPA é insuficiente para atender as demandas dos estudantes que solicitam os auxílios estudantis, sobretudo, os solicitantes dos auxílios permanência e moradia. Os resultados apontaram ainda que a política de AE da UFPA possui um caráter desigual, focalista, seletivo e excludente que exacerba uma disputa entre os discentes que tentam acessar algum tipo de auxílio financeiro.

Palavras-chave: **Política de Assistência Estudantil. Auxílio financeiro. Vulnerabilidade socioeconômica.**

The Student Assistance policy at UFPA: between financial aid and socioeconomic vulnerability

Abstract

This article aims to analyze the institutional policies of Student Assistance (SE) executed at the Federal University of Pará (UFPA), emphasizing the granting of financial aid to students in a situation of socioeconomic vulnerability. The methodology consists of documental research based on legislation, notices, and normative instructions published by the Superintendence of Student Assistance (SAEST) of UFPA. It was verified that the budget allocated to SE actions at UFPA is insufficient to meet the demands of students who apply for student assistance, especially applicants for permanence and housing support. The results also pointed out that the UFPA's SE policy has an unequal, restrictive, selective, and excluding character that exacerbates a dispute among the students who try to access various financial aid types.

Keywords: **Student Assistance Policy. Financial assistance. Socioeconomic vulnerability.**

La política de Asistencia Estudiantil de UFPA: entre ayuda financiera y vulnerabilidad socioeconómica

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la política institucional de Asistencia Estudiantil (AE) desarrollada en la Universidade Federal de Pará (UFPA), con énfasis en la concesión de ayuda financiera a estudiantes en situación de vulnerabilidad socioeconómica. La metodología consiste en una investigación documental, basada en legislación, avisos e instrucciones

normativas publicadas por la Superintendencia de Asistencia Estudiantil (SAEST) de UFPA. Se constató que el presupuesto asignado para las acciones de AE en UFPA es insuficiente para atender a las demandas de los estudiantes que solicitan ayuda estudiantil, especialmente los solicitantes de ayuda de permanencia y residencia. Los resultados también señalaron que la política de AE de UFPA tiene un carácter desigual, focalista, selectivo y excluyente que agrava la disputa entre estudiantes que intentan acceder a algún tipo de ayuda financiera.

Palabras-clave: **Política de Asistencia Estudiantil. Ayuda financiera. Vulnerabilidad socioeconómica.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Arrocho salarial dos técnico-administrativos em educação no contexto da financeirização da economia brasileira: perspectiva para aumento do endividamento?

Felipe Melo dos Santos
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
felipemelos@ufpa.br

André Rodrigues Guimarães
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá/AP – Brasil
andre_unifap@yahoo.com.br

Introdução

Os Técnico-Administrativos em Educação (TAES), que exercem trabalho administrativo nas Instituições Federais de Ensino (IFE), registram perdas salariais de 53,05% em seus vencimentos básicos, em relação à inflação dos anos de 2010 a 2023 (FONASEFE, 2023). Essa política é parte da "reforma administrativa silenciosa" (GAZETA DO POVO, 2022) que o ex- ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, afirmava estar fazendo para reduzir gastos com pessoal, buscando a redução do número de servidores e o arrocho salarial[1] que acima citamos. A reforma administrativa, seja a "silenciosa" ou a PEC-32/2020, é uma reivindicação do mercado financeiro no Brasil. A Emenda Constitucional 95 de 2016, que instituiu o Teto de Gastos, segue a mesma lógica. (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018). Neste contexto, buscamos fazer uma reflexão crítica, em caráter de ensaio e nos baseando nas contribuições do materialismo histórico dialético, sobre a relação entre o arrocho salarial pelo qual passam os TAES, o possível aumento do endividamento dessa categoria e a relação desses processos com a financeirização da economia brasileira (BRETTAS, 2020), haja visto que autores (BRETTAS, 2020; GENTIL; BRUNO, 2021) apontam que a classe trabalhadora tem buscado no endividamento uma forma de suprir seu arrocho salarial.

Metodologia

A reflexão sobre a temática será teórica, como base para desenvolvimento de pesquisa de campo, para subsidiar Dissertação de Mestrado em Educação, a qual buscará entender os impactos da "reforma administrativa silenciosa" dos governos Temer e Bolsonaro na jornada de trabalho, no tempo livre e no endividamento dos TAES da Universidade Federal do Pará (UFPA).

[1] O dicionário Michaelis define arrocho salarial como uma expressão em linguagem figurada que significa: "situação de emergência em que se procede a uma contenção drástica do nível dos salários". Utilizamos a expressão neste trabalho para caracterizar política de redução do nível salarial da classe trabalhadora, seja fruto de congelamentos salariais ou reajustes que não cobrem a inflação de um período.

A verificação e análise sobre o arrocho salarial dos TAES e a política governamental que as implementou se deu a partir de análise documental de materiais das entidades sindicais dos servidores públicos federais, matérias jornalísticas da grande mídia e das próprias legislações em si. Para entendermos o tema da financeirização da economia, do endividamento da classe trabalhadora e da relação desses com as políticas de ajuste fiscal de conjunto, aí incluída o arrocho salarial dos TAES, foi feita uma revisão bibliográfica da literatura. Quanto aos objetivos a pesquisa tem caráter exploratório, visa "proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

Discussão

A política de arrocho salarial a qual está submetida a categoria de TAES e o conjunto dos servidores públicos federais é explicada pelos governantes como uma necessidade para conter gastos sociais. Na prática, na centralidade desse processo está a prioridade governamental no pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Nossa análise, como diz Brettas (2020), indica que a dívida pública na América Latina visa centralmente o fortalecimento do setor financeiro com o desvio de verbas do fundo público.

Brettas (2012), em diálogo com Francisco de Oliveira, revela que esse tipo de utilização do orçamento público têm um caráter de classe, pois "denunciam os gastos voltados para a classe trabalhadora, ao passo que preservam e legitimam aqueles diretamente vinculados ao fortalecimento da acumulação capitalista" (BRETTAS, 2012, p. 105). Isso ocorre pelo grande poderio econômico e político dos atores do chamado mercado financeiro que ganharam enorme importância com o processo de financeirização, que leva o setor financeiro a assumir papel predominante na economia (RUESGA, 2012).

Chesnais (2005) aponta que esse poderio não se deu de forma natural, mas foi fruto de uma série de políticas de flexibilização das legislações e teve início na década de 1980 com o que ele chama de "revolução conservadora". A partir daí espalharam-se pelo mundo, sendo impostas centralmente às economias de países como o Brasil, políticas de cunho neoliberal que visam reduzir o Estado (DRUCK DE FARIA, 2022).

É no bojo dessa política que compreendemos o arrocho salarial de 53% para os TAES no período 2010-2023 e maioria dos servidores públicos federais (FONASEFE, 2023). Tal processo, também aprofundou a terceirização, fez uma série de mudanças dificultando as aposentadorias da categoria, e tem como perspectiva futura até o mesmo o fim da estabilidade (DRUCK DE FARIA, 2022). No caso específico das universidades federais, entre 2013 e 2020, as verbas de custeio foram reduzidas em 37% e as de investimento em 93,28% (CHAVES; ARAÚJO, 2022). O cerne dessa política segue sendo a apropriação do fundo público pelo capital financeiro via pagamento da dívida pública (REIS E MACÁRIO, 2020). O fundo público, que é composto majoritariamente por impostos e contribuições pagos direta ou indiretamente pelos trabalhadores (BRETTAS, 2012), também é apontado por Chesnais (1998) como parte "do crescimento da esfera financeira" (CHESNAIS, 1998, p. 16).

Sendo assim, o que temos posto é que a financeirização da economia brasileira, seguindo uma lógica mundial, tem direcionado à uma política econômica que retira verbas da manutenção dos serviços públicos, para garantir o pagamento da dívida pública, o que significa "o repasse de recursos públicos para as mãos dos grandes capitalistas, ao mesmo

tempo que aumenta o poder de barganha destes últimos tendo em vista que passam a ser credores do Estado" (BRETTAS, 2020, p. 85 e 86) e com isso têm mais poder para disputar e impor suas propostas políticas que, como vimos, envolvem reformas neoliberais diversas, altas taxa de juros, o que aumenta o endividamento das famílias.

Aqui entramos na reflexão que queremos fazer sobre a política de arrocho salarial sofrida pelos TAES e o possível aumento do endividamento desta categoria. Gentil e Bruno (2021, p. 3) consideram o endividamento "resultado da deterioração dos salários, do alto desemprego e do desmantelamento do sistema de proteção social provocados pela financeirização", ao mesmo tempo que é uma das partes mais visíveis desse processo. Assim, não é possível negar que uma perda salarial de aproximadamente 53% provoca uma grave redução no nível dos salários, o que pode ter feito os TAES adquirirem mais dívidas de vários tipos.

Gentil e Bruno (2021) destacam que entre 2016 e 2021 "o crédito tem sido usado para necessidades básicas de sobrevivência" (GENTIL; BRUNO, 2021, p. 33), e não mais preferencialmente para adquirir bens duráveis.

Os dados apresentados por Gentil e Bruno (2021) fazem uma relação direta entre a diminuição dos salários e do consumo, com o aumento do endividamento das famílias que chegou a comprometer 30,55% da renda destas em maio de 2021. Como o arrocho salarial é uma política imposta pelo Estado brasileiro aos TAES, assim como a deterioração das políticas sociais, concordamos com os autores quando identificam que o Estado acaba "compelindo as famílias ao endividamento" (GENTIL; BRUNO, 2021, p. 18).

Além de o arrocho salarial abrir as portas para o endividamento, Gentil e Bruno (2021) também apresentam a digitalização dos serviços bancários como facilitadores desse processo. Em seus estudos esses autores apresentaram o crédito rotativo e o cartão de crédito como as formas que mais geram dívidas, "seguidos pelo cheque especial, crédito consignado (na quarta posição, porém, com as menores taxas de juros do mercado), o crédito imobiliário e veículos" (GENTIL; BRUNO, 2021, p. 29). Todas essas modalidades são ofertadas diretamente pelos aplicativos bancários nos celulares e apresentam risco quase zero aos bancos e instituições financeiras quando tomadas por servidores públicos, haja visto que o desconto é feito diretamente na folha de pagamento.

Considerações finais

No estudo identifica-se a relação orgânica entre as políticas de cunho neoliberal impostas ao Brasil pelo capital financeiro com as medidas da "reforma administrativa silenciosa" que geraram perdas salariais de 53% para os TAES. Nesse sentido, a redução dos gastos com pessoal foi acompanhada de cortes com a manutenção e os investimentos das universidades federais ao mesmo tempo que se garantiu altas quantias para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Assim, também, constatou-se forte relação entre o arrocho salarial, a precarização dos serviços públicos e o endividamento das famílias trabalhadoras. Essa questão será objeto de pesquisa futura que irá avaliar como se materializa tal processo entre os TAES da UFPA.

Referências

BARONE, Isabelle. "Reforma silenciosa" do governo derrubou gastos com pessoal. O que muda com reajuste de 5%. **Gazeta do Povo**, 2022. Disponível em: https://www.gazetado

povo.com.br/economia/reforma-silenciosa-do-governo-derrubou-gastos-com-pessoal-o-que-muda-com-reajuste-de-5/. Acesso em: 12, ago. 2023.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2020.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADO, Evilásio et al. (orgs.) **Financeirização, Fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012 (p.93-122).

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; ARAUJO, Rhoberta Santana de. A Ofensiva Neoconservadora Contra as Universidades Federais no Brasil. **Rev. Inter. Educ. Sup**.; Campinas, SP, v.8, p. 1-17, 2022.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; REIS, Luiz Fernando; GUIMARÃES, André Rodrigues. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum**. Education, 40(1), e37668, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37668. Acesso em: 10 ago. 2023.

CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. (Org). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. Tradução: Carmem Cristina Cacciacarro etc. São Paulo: Xamã, 1998.

DRUCK DE FARIA, M. da G. REFORMA ADMINISTRATIVA: A “REFORMA TRABALHISTA” DOS SERVIDORES PÚBLICOS. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 13, n. 2, p. 69–84, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/51726. Acesso em: 12 ago. 2023.

FONASEFE. Campanha Salarial 2024 do Fonasefe – Proposta de Reajuste Salarial. **Sinasefe**, 2023. Últimas notícias. Disponível em: https://sinasefe.org.br/site/download/campanha- salarial-2024-do-fonasefe-proposta-de-reajuste-salarial/. Acesso em: 14, ago. 2023.

GENTIL, Denise; BRUNO, Miguel. Endividamento das famílias e expropriação salarial no Brasil: o motor da acumulação financeira na pandemia e além. **Instituto de Economia-UFRJ**, Textos para Discussão. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2021/TD_IE_036_2021_GENTIL_BRUNO.pdf. Acesso em 08 ago, 2023.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise (org). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

REIS, L. F.; MACÁRIO, E. Dívida Pública e Financiamento Das Universidade e Federais E Da Ciência E Tecnologia No Brasil (2003-2020). **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 20-46, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i41.7243. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7243. Acesso em: 15 ago. 2023.

SANTOS M. Ruesga. La financiarización de las Relaciones Laborales. **Cuadernos de relaciones laborales**, v. 30, n. 2, 2012. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4068543. Acesso em 10 ago. 2023.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Como as Universidades Federais morrem: uma análise crua e perturbadora das ameaças perpetradas pelo Bolsonarismo

Teomar Manduca Aires Leal
Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO – Brasil
teomar@ifto.edu.br

Weber Tavares da Silva Junior
Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO – Brasil
weber.junior@ifg.edu.br

Introdução

O presente estudo, assim como a obra que lhe serviu de inspiração, busca avaliar as diversas formas empregadas pelo Bolsonarismo para "matar" as Universidades Federais brasileiras, impedindo-as de atuar com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos estabelecidos pelo Art. 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Levitsky e Ziblatt (2008) evidenciaram que as democracias não são derrubadas por bombas lançadas por jatos, como ocorreu no palácio *de La Moneda* no Chile. Para os autores, no mundo atual, as democracias são corroídas por dentro, a partir da ação de líderes eleitos como ocorreu na Venezuela Chavista.

Em outro giro, Motta (2008) demostra que durante o governo imposto pelo GOLPE MILITAR DE 1964 buscou-se "matar" as Universidades Federais por meio da subjugação do movimento estudantil, da criação de disciplinas de moral e cívica e da instituição das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que tinham o objetivo declarado de vigiar a comunidade universitária. Acompanhando o raciocínio de Levitsky e Ziblatt, o presente estudo tem o objetivo de demostrar que os '*golpistas da atualidade*' possuem estratégias mais sutis para atingir o mesmo objetivo e os dados apresentados a seguir evidenciam alguns dos métodos empregados pelo governo Bolsonaro para "matar" as Universidades Federais.

Este primeiro ensaio se debruça sobre a corrosão do orçamento das Universidades Federais durante o Governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, e os próximos estudos discutirão método de nomeação dos reitores não eleitos, a não nomeação de servidores efetivos e as alterações legislativas promovidas pelo governo Bolsonaro para inviabilizar o trabalho das Universidades Federais. O leitor mais otimista pode julgar o tema inoportuno, principalmente diante da recém-julgada inelegibilidade do ex-presidente até 2030, entretanto, o presente estudo é absolutamente justificável, pois como diria Bertold Brecht, "*a cadela do fascismo está sempre no cio*".

Que tipo de líder ataca as Universidades

As Universidades Públicas fomentam a construção do pensamento crítico e, por este motivo, geram animosidade junto a atores que se sentem ameaçados por uma sociedade que

busca a verdadeira autonomia. Por este motivo a Universidade, em especial a Universidade Pública, foi transformada em 'inimigo' pelos principais representantes do Bolsonarismo. Estes atores políticos buscaram argumentos para justificar seu interesse em reduzir a importância das Universidades Públicas Brasileiras.

No Brasil, entre os anos de 2016 e 2022, durante o governo dos presidentes Michel Temer, 2016 – 2018, e Jair Bolsonaro, 2019 - 2022, foram tomadas medidas que impactaram severamente o funcionamento das Universidades Públicas Brasileiras. O governo Temer trabalhou intensamente para aprovar a Emenda Constitucional nº 095/2016, instituindo um novo regime fiscal a partir de 15 de dezembro de 2016, que teve desdobramentos sociais trágicos. O governo seguinte manteve a mesma linha, diminuindo gastos sociais com forte impacto sobre a educação pública.

Além de promover a desmobilização das estruturas dos programas sociais, o Governo Bolsonaro adotou um forte discurso ideológico, atacando as instituições nacionais dedicadas ao avanço da ciência, dentre elas, as Universidades Federais. Para sustentar a narrativa de que as Universidades Federais têm um orçamento maior do que deveria ter, de que gastam mal e que seriam uma influência ruim para a sociedade, esses líderes utilizam dados distorcidos ou descontextualizados. Eles se valem de dados suspeitos publicados em relatórios do Banco Mundial, que não apresentam a metodologia empregada e que trazem um conjunto de informações que não possuem conexão com a realidade, como por exemplo, que a maioria dos estudantes das Universidades Públicas Brasileiras venha de famílias ricas (MUNDIAL, 2017).

O fato de as Universidades se colocarem como um espaço de pluralidade, de desenvolvimento não somente de competências técnicas, mas também comportamentais sociais e políticas, as transformam em um inimigo institucional a ser combatido. Levitsky e Ziblatt (2018) se dispuseram a observar os comportamentos de líderes que, por suas características, se voltaram contra as Universidades. Estes líderes demonstram profundo desapreço às regras democráticas, desejo de restringir direitos civis de minorias, além de grande interesse por deslegitimar processos eleitorais, negar o avanço da ciência e a reduzir a importância da liberdade de imprensa, pontos historicamente defendidos pelas Universidades em geral e pelas Instituições Públicas em particular.

São líderes que se apresentam como *outsiders* políticos, que pretendem ser reconhecidos como "heróis salvadores da pátria", e que não precisam de nenhum tipo de estrutura de governo pois estabelecem uma conexão direta com "o povo". São populistas que promovem a polarização e lucram com ela, que se colocam como representantes da "voz do povo" e se dizem contrários a uma elite corrupta e conspiradora. Este tipo de ator político busca promover um confronto intra/intergovernamental alimentando uma luta constante contra "os inimigos do povo", de forma a criar uma cortina de fumaça que serve para desviar a atenção dos problemas que deveriam ser prioritários. (ABRUCIO, 2020; LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

Em resumo, esses líderes se sentem ameaçados pela capacidade que as Universidades têm de conscientizar e politizar as pessoas e por este motivo promovem ataques às Universidades através de um discurso ideológico e uma prática de restrições administrativas e orçamentárias.

Metodologia

Para analisar o impacto das ações do governo Bolsonaro sobre o orçamento das universidades federais brasileiras, objetivo deste trabalho, optou-se por estudar a evolução dos dados orçamentários das Universidades Federais entre 2000 e 2022, a partir dos dados disponibilizados pelo Governo Federal por meio do Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Para que fosse possível analisar a evolução orçamentária, os dados foram atualizados considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE.

O recorte temporal foi determinado a partir das limitações do sistema escolhido, entretanto, mostrou-se suficiente para permitir a comparação entre os governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, indo ao encontro dos objetivos do presente estudo. Buscando considerar a evolução do número de matrículas na análise, o presente estudo coletou dados do Censo da Educação Superior publicado pelo INEP/MEC. No presente estudo optou-se por não considerar as matrículas ofertadas na modalidade de ensino à distância (EaD). Tal opção metodológica foi necessária posto que a matriz de custos desta modalidade segue outra lógica e seu emprego poderia contaminar os dados da pesquisa. Considerando que os dados de matrículas relativos ao ano de 2022 ainda não foram disponibilizados, o presente estudo construiu um modelo de previsão empregando o método de Regressão Linear considerando a série histórica dos últimos 20 anos. O modelo apresentou um coeficiente de correlação (R2) de 95,6%.

Quando da análise dos dados orçamentários, optou-se por não utilizar os dados relacionados a investimento em Infraestrutura, que segue outra orientação orçamentária. Deste modo, foram empregados apenas os dados orçamentários relacionados aos Grupos Natureza de Despesa (GND) código 01/PES (Pessoal e Encargos Sociais) e código 03/ODC (Outras Despesas Correntes).

Buscando dar mais objetividade ao estudo, optou-se por limitar as análises considerando os valores de 'Dotação Atual' e 'Valores Liquidados'. Tal recorte metodológico tem o objetivo de priorizar os dados que sintetizam o orçamento aprovado após os ajustes na Lei Orçamentária e os valores que efetivamente foram gastos no atendimento à sociedade, uma vez que os dados relacionados aos valores empenhados e pagos podem apresentar variações exógenas, já que são influenciados pelo modelo de gestão empregado pelas Unidades Orçamentárias analisadas.

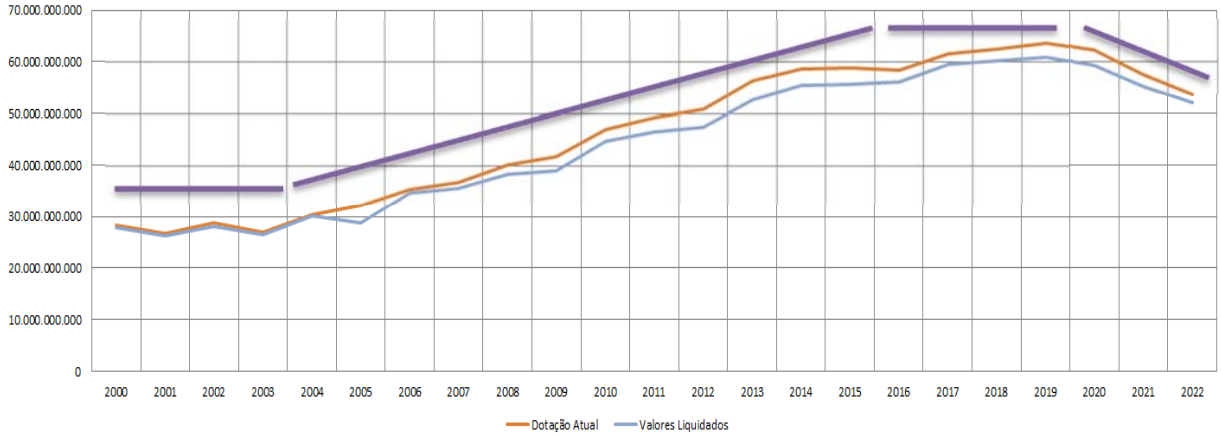
Quanto à estratégia de pesquisa, empregou-se a 'Teoria Fundamentada em Dados' ou '*grounded theory*' que busca extrair conclusões a partir das relações identificadas nos dados da realidade (SAUNDERS, LEWIS e THORNHILL, 2009). Quanto à categorização da pesquisa, o presente estudo é categorizado como uma pesquisa quantitativa ancorada em levantamentos publicizados por órgãos públicos oficiais.

Resultados e Discussão

Conforme pode ser observado no Gráfico 01, a evolução do orçamento das Universidades Federais entre 2000 e 2022 evidenciam 04 diferentes momentos. Entre 2000 e 2003 observa-se uma estabilidade. Entre 2004 e 2017 há uma expressiva elevação dos

gastos, interrompida entre 2018 e 2019 quando se observa uma nova estabilidade e finalmente, entre 2020 e 2022, é possível identificar uma queda nos gastos.

Gráfico 01 – Evolução Orçamentária Universidades Federais – Brasil (2000/2022)

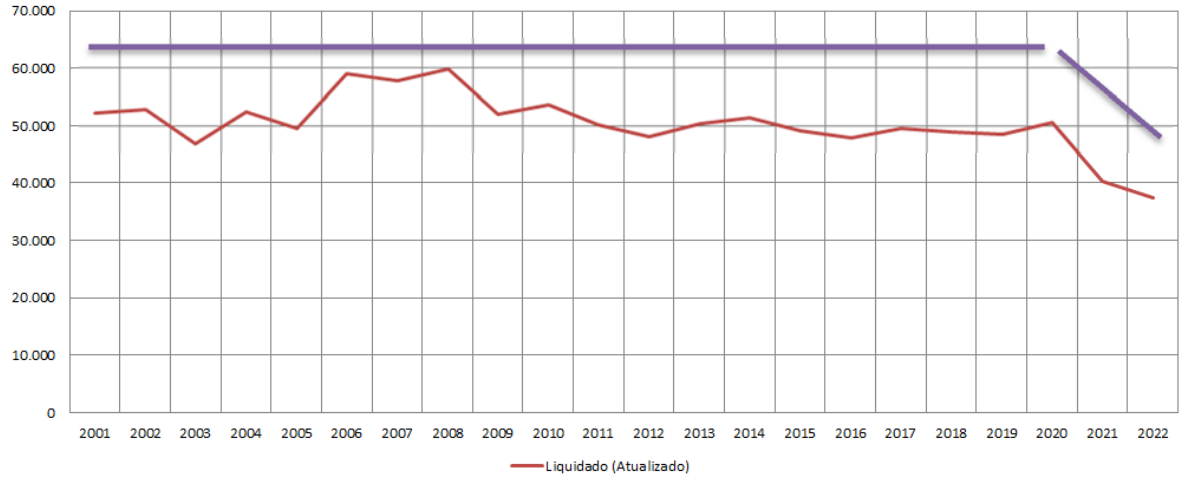


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do SIOP.

Considerando que durante o período observado houve um expressivo aumento no número de matrículas das Universidades, o presente estudo buscou identificar o gasto das Instituições considerando a quantidade de matrículas. É importante ressaltar que o presente trabalho não pretende calcular o Custo por matrícula, que demandaria outro tipo de análise, mas somente avaliar a evolução orçamentária (Gastos) considerando a evolução do volume de matrículas.

Os dados do Gráfico 02 evidenciam que quando considerados os dados referentes à Matrículas, entre 2001 e 2020 há uma estabilidade orçamentária, com elevação e queda entre 2006 e 2008, o que significa dizer que o aumento do orçamento acompanhou a ampliação do número de matrículas. Entretanto, a partir de 2020 é possível observar uma expressiva queda no Gasto por matrícula.

Gráfico 02 – Evolução Orçamentária x Matrículas UF – Brasil (2000/2022)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados extraídos do SIOP e do INEP.

Conclusão

Ao analisar os dados orçamentários é possível quantificar o impacto da gestão do ex-presidente Bolsonaro sobre o funcionamento das Universidades Federais. Em termos absolutos, descontada a inflação do período, os investimentos de 2022 são semelhantes àqueles observados em 2013, quando o volume de matrículas era 25% menor. Deste modo, o presente estudo conseguiu demonstrar, com números, uma das estratégias empregadas pelos '*golpistas da atualidade'* para matar a Universidade Pública. Estudos complementares estão sendo elaborados pelos autores para evidenciar outros estratagemas empregados com a mesma finalidade.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz et al. **Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental**. Revista de Administração Pública, v. 54, p. 663-677, 2020.

AMARAL, Nelson Cardoso. **A hora da verdade para as Universidades Federais brasileiras: metas do PNE (2014-2024) e 10 mitos a serem debatidos e desvendados**. Brasília: ANDIFES, p. 1-25, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 9, p. 30-67, 2008.

MUNDIAL, Banco et al. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. 1995.

MUNDIAL, Banco. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Volume I: síntese, 2017.

SAUNDERS, Mark; LEWIS, Philip; THORNHILL, Adrian. **Research methods for business students**. Pearson education, 2009.

STIGLITZ, Joseph E. **Povo, poder e lucro: capitalismo progressista para uma era de descontentamento**. Editora Record, 2020.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Educação Superior Municipal no Brasil: um levantamento sobre o financiamento de Universidades e Centros Universitários com *campi* fora de sede

Cristina Helena Almeida de Carvalho
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil
cristina.helena.carvalho@gmail.com

Sueli Mamede Lobo Ferreira
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil
suelimamed@gmail.com

Ivete Maria Barbosa Madeira Campos
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil
ivete.campos@gmail.com

Isabella de Araujo Goellner
Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasília/DF – Brasil
isabella.goellner@gmail.com

Introdução

Este resumo expandido é resultante do desdobramento de pesquisa, em andamento, e tem por objetivo mapear as universidades e os centros universitários municipais que possuem *campi* fora de sede e que vem ampliando sua atuação no ensino superior em cidades do estado em que se localiza o *campus* sede, com a implantação principalmente de cursos de medicina.

Em pesquisa de Autores (2023), observou-se uma predominância de faculdades municipais isoladas e que existe certa vulnerabilidade orçamentária e financeira de recursos, uma vez que, somente 5% dos municípios destinam algum recurso financeiro ao ensino superior. Em análise realizada nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), ano de 2021, identificou-se que, apesar das IMES estarem incorporadas ao orçamento municipal, as receitas previstas não são efetivadas. A hipótese é que dada a inadimplência nas mensalidades, as IMES não conseguem sobreviver apenas com recursos próprios.

Sobre a temática, foi feito um levantamento em trabalhos existentes, e selecionados aqueles que analisaram as universidades e centros universitários municipais, para identificar os que abordavam *campi* fora de sede. Foram encontradas duas teses, duas dissertações e um artigo.

As teses de Siewerdt (2010) e Venerio (2012) analisam a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). Siewerdt (2010) analisou 9 instituições, que surgiram como fundações municipais nos anos de 1960 e se autodenominaram “comunitárias” nos anos 90, com a finalidade de compreender os limites da autonomia universitária, neste caso, as universidades fundacionais públicas de direito privado criadas por leis municipais. Venerio (2012) fez sua investigação na perspectiva jurídica sob a dicotomia público x privado e o

caráter comunitário das IMES, apontando a contradição entre o discurso comunitário e democrático nestas IES e as condições de trabalho de seus docentes.

As dissertações são de Assis (2008) e Machado Neto (2000). Assis (2008) ao realizar seu estudo estabelece por finalidade reconstituir a história da origem da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (FIMES), um centro universitário com sede em Mineiros, no estado de Goiás. Ao discutir as categorias público e privado percorre conceitos na história da educação brasileira e na legislação para verificar qual a categoria administrativa a FIMES e as fundações municipais se enquadram. O estudo realizado por Machado Neto (2000) tem foco na gestão das instituições municipais de ensino superior do Estado de São Paulo. O autor analisa a evolução histórica, a atual situação econômico-financeira, os mecanismos de supervisão e de controle, os resultados obtidos nas avaliações do MEC. Segundo o autor, as IMES são uma alternativa considerando que as mensalidades são mais acessíveis e o ensino de qualidade.

O artigo de Medeiros, Pickler, Silveira e Souza (2021) traz um estudo sobre 4 IMES específicas e que são enquadradas como públicas e gratuitas. O objetivo do artigo é compreender a dimensão estrutural e de gestão de pessoas das instituições de ensino superior públicas municipais e gratuitas no Brasil. Os autores identificaram que a FMP é uma autarquia mantida pela prefeitura enquanto as demais IMES são mantidas por fundações educacionais; o USJ configura-se como um centro universitário representado pelo reitor e as demais são enquadradas como faculdades retratadas por seus diretores; a FACELI e a FMP possuem planos de cargos e carreira instituídos, porém a FACELI apresenta ações mais próximas de uma gestão estratégica de pessoas por competência, vigorando o Plano de Cargos, Carreira e Remunerações tanto para o corpo docente quanto para os técnicos administrativos, assim como o sistema de Avaliação de Desempenho voltado para competências, próximo de um modelo de gestão privado.

Portanto, nenhum dos trabalhos identificados aborda a presente temática pesquisada. Sendo assim, é importante destacar a relevância da presente pesquisa.

Metodologia

O levantamento foi realizado a partir do Sistema e-MEC para obtenção das informações sobre os cursos cadastrados e a identificação dos *campi* fora de sede. Para verificação dos dados financeiros foi feita uma pesquisa nas LOAs, no ano 2022, com o intuito de identificar a existência de previsão orçamentária destinada a apoiar financeiramente o ensino superior em municípios que têm na sua jurisdição os *campi* fora de sede. Cabe destacar que persistem as limitações já encontradas pelas autoras em pesquisas anteriores, quanto às LOAs em pdf ou imagem. Importante enfatizar que, os dados divergem entre Sistema e-MEC e a base de dados do Censo da Educação Superior. Assim, optou-se por utilizar o relatório do Sistema e-MEC, emitido em 13/07/2023, por ter informações cadastrais abrangentes de cada IMES. O texto tem caráter descritivo e exploratório e a pesquisa é documental e bibliográfica.

Resultado e discussão

No levantamento realizado, de 13 Centros Universitários/Universidades municipais, para esta análise foram considerados somente os seis que possuem *campi* fora da sede. Todas foram criadas antes de 1988, e, com exceção da Universidade de Gurupi que está na categoria “especial”, as demais IMES estão classificadas como “pública-municipal”.

No Quadro 1 observa-se que a Universidade de Blumenau em Santa Catarina, conta com 9 cursos diferentes distribuídos em 8 campi, além da sede em Blumenau. É possível perceber a predominância de cursos da área de humanas. A Universidade do Rio Verde, em Goiás, tem 5 *campi* diferentes, além da sede em Rio Verde, sendo que o predomínio é o curso de medicina em Aparecida de Goiânia, Formosa, Goianésia e Luziânia. As demais IMES têm um campus fora de sede, sendo que em todas há a oferta de curso de medicina.

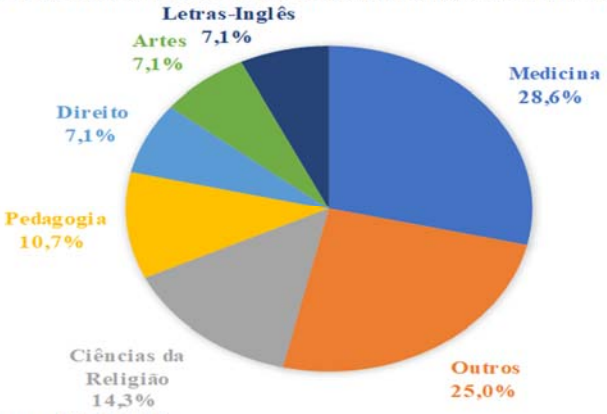
Quadro 1 - Universidades e Centros Universitários com campi fora de sede

Universidade/Centro Universitário	Sigla Estado	Município fora de sede	Cursos
Centro Universitário de Mineiros	GO	Trindade	Direito
		Trindade	Medicina
		Trindade	Pedagogia
Universidade de Rio Verde	GO	Aparecida de Goiânia	Medicina
		Caiapônia	Direito
		Caiapônia	Educação Física
		Caiapônia	Engenharia Ambiental
		Formosa	Medicina
		Goianésia	Medicina
		Luziânia	Medicina
Universidade Regional de Blumenau	SC	Brusque	Artes Visuais
		Brusque	Educação Especial
		Brusque	Química
		Ibirama	Pedagogia
		Jaguará do Sul	Pedagogia
		Jaguará do Sul	Filosofia
		Jaguará do Sul	Ciências da Religião
		Lages	Ciências da Religião
		Laguna	Artes
		Laguna	Ciências da Religião
		Rio do Sul	Ciências da Religião
		Rio do Sul	Letras-Inglês
		Timbó	Física
		Tubarão	Artes
		Tubarão	Letras-Inglês
Universidade de Taubaté	SP	Caraguatatuba	Medicina
Universidade Municipal de São Caetano do Sul	SP	São Paulo	Medicina
Universidade de Gurupi	TO	Paraíso do Tocantins	Medicina

Fonte: Sistema e-MEC, 2023.

De acordo com o gráfico 1, 5 das 6 IMES possuem o curso de medicina fora de sede, ocupando 28,6% dos cursos fora de sede, seguido do curso de Ciências da Religião, Pedagogia, Direito, Letras-Inglês e Artes.

Gráfico 1 -Porcentagem dos cursos das Universidades/Centros universitário que são em campi fora de sede



Fonte: Sistema e-MEC,2023.

As IMES selecionadas têm cursos de medicina nos *campi* sede, sendo o mais antigo em funcionamento em Taubaté desde 1967, Blumenau em 1990, Gurupi em 2002, Rio Verde em 2012 e São Caetano do Sul em 2014.

Importante destacar que, conforme o sistema e-MEC, o surgimento recente dos cursos de medicina fora de sede, tais como: o Centro Universitário de Mineiros (Unifimes) foi criado em 2018, Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) em 2016, Universidade de Gurupi (Unirg) em 2021 e Universidade de Rio Verde (Fesurv) entre 2015 e 2023.Vale salientar que, a maioria das instituições não anexou no sistema o ato de reconhecimento do curso, expedido pelos respectivos conselhos estaduais de educação.

A Constituição de 1988 determina que as Instituições de Ensino Superior Públicas devem ofertar de modo gratuito seus cursos. Contudo, o artigo 242 dispõe que o art. 206, IV, não se aplica às IES oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação da constituição.

Quanto aos cursos de medicina foi feita uma consulta ao site denominado “escolas médicas”. Os valores mais altos das mensalidades são da Universidade Municipal de São Caetano do Sul e da Universidade de Taubaté, ambas no Estado de São Paulo. É importante ressaltar que se trata do estado com a 2ª maior renda per capita da Federação e que é o curso mais caro, com maior prestígio e menor inadimplência e desistência e ainda está sob restrição de criação de cursos e vagas. (Autor e outro, no prelo).

Quadro 2 - Valores das Mensalidades dos cursos de Medicina

Universidade/Centro Universitário	Sigla Estado	Município fora de sede	Ano/mês de referência da mensalidade e desconto	Valor mensalidade com desconto de pontualidade
Universidade Municipal de São Caetano do Sul	SP	São Paulo	Valor Mensal 2023,possui desconto pontualidade de 8%	R$ 8.169,00
Universidade de Taubaté	SP	Caraguatatuba	Valor Mensal do 1º semestre de 2023, desconto pontualidade de 5%	R$ 7.685,00
Centro Universitário de Mineiros	GO	Trindade	Valor Mensal 2022, possui desconto pontualidade de 10%	R$ 6.334,00
Universidade de Gurupi*	TO	Paraíso do Tocantins	Valor Mensal 2º semestre de 2022, desconto pontualidade de 8%	R$ 6.145,30
Universidade de Rio Verde*	GO	Luziânia	Valor Mensal de 2022	R$ 5.843,63
Universidade de Rio Verde	GO	Aparecida de Goiânia	Valor Mensal de 2022	R$ 5.754,08
Universidade de Rio Verde	GO	Formosa	Valor Mensal de 2022	R$ 5.754,08
Universidade de Rio Verde	GO	Goianésia	Valor Mensal de 2022	R$ 5.754,08

Fonte: Escolas Médicas Disponível em: https://www.escolasmedicas.com.br/mensalidades.php
Fonte*: Website da Universidade

No quadro 3, investigou-se os municípios que possuem os *campi* fora de sede por meio do levantamento dos valores previstos na LOA de 2022. O objetivo é verificar se há valor previsto para o ensino superior. Foram consideradas as funções orçamentárias - Educação (12) e a Subfunção ensino superior (12.364). Nem todos os municípios apresentaram previsão para o ensino superior e os que fizeram não se pode garantir que foram destinados à manutenção dos *campi*, uma vez que a atividade financiada é "apoio a atividade do ensino superior" ou "encargos com bolsas universitárias" ou "melhoria na qualidade do ensino para formação do indivíduo". Não foi identificada uma ação orçamentária com previsão explícita para o *campus.* Somente o município de Paraíso detalhou a previsão orçamentária, mas não destinou recursos ao curso de medicina da Universidade de Gurupi, mas à Universidade Federal de Tocantins e à uma IES privada.

Quadro 3 - Previsão LOA 2022 para as Universidades/Centros Universitários com campi fora de sede

Universidade/Centro Universitário	Sigla Estado	Município fora de sede	Previsão LOA - Exercício em 2022
Centro Universitário de Mineiros	GO	Trindade	Houve previsão
Universidade de Rio Verde		Aparecida de Goiânia	Não houve previsão
		Caiapônia	Não detalha as despesas para educação
		Formosa	Houve previsão
		Goianésia	Houve previsão
		Luziânia	Não detalha as despesas para educação
Universidade Regional de Blumenau	SC	Brusque	Não houve previsão
		Ibirama	Houve previsão
		Jaguará do Sul	Não houve previsão
		Lages	Não houve previsão
		Laguna	Houve previsão
		Rio do Sul	Não houve previsão
		Timbó	Não houve previsão
		Tubarão	Não houve previsão
Universidade de Taubaté	SP	Caraguatatuba	Houve previsão
Universidade Municipal de São Caetano do Sul	SP	São Paulo	Houve previsão
Universidade de Gurupi	TO	Paraíso do Tocantins	Houve previsão

Nota: Em "não detalha as despesas em educação" apresenta somente o valor total para educação

Fonte: LOAs dos municípios (2022).

Conclusões

A análise buscou identificar a expansão dos centros universitários e universidades *campi* fora de sede municipal. A suposição de criação de novos cursos em outros municípios é que pode ser uma forma de ampliar a atuação delas na educação superior, sem ferir o Art. 242 da CF/88,

isto é, cobrando mensalidades, sob a justificativa que mantenedora e mantida foram regulamentadas antes de 1988, além de não onerar o orçamento municipal, se a oferta fosse gratuita, como prevê a norma. Não ficou evidente como ocorre o financiamento destes *campi*, ou seja, se estes são mantidos apenas com as mensalidades, ou se há outras formas de captação de recursos financeiros, e se existe e como se dá o repasse de recursos entre municípios.

Um dos achados da pesquisa em andamento é a recente expansão de cursos fora da sede, sobretudo de medicina, em 5 das 6 IMES analisadas, embora todas já tivessem o curso credenciado e em funcionamento nos municípios sede. Todas as IMES cobram mensalidades, inclusive a FURB em Blumenau (R$ 7.344,00), compatíveis com os preços de mercado das IES privadas, o que leva ao questionamento sobre as motivações que explicam este movimento entre municípios. A investigação pretende responder a essas indagações em estudos futuros.

Referências

ASSIS, I. F. S. **O caminho entre o público e o privado**: um estudo de contextualização da FIMES. 2008. Dissertação. UFG. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2053. Acesso em: 23 de março de 2023.

AUTOR; OUTRO (no prelo).

AUTORES. **Financiamento da Educação Superior Municipal no Brasil**: uma análise em 6 municípios. Rede Universitas. 2023. Resumo Expandido.

AUTORES. Instituições de Educação Superior Municipais (IMES): mapeamento, vinculação de recursos e disponibilidade orçamentária. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 13, n. 15, 2023.Disponível em: http://seer.ufrgs.br/fineduca. Acesso em: 2 de julho de 2023

E-MEC. Ministério da Educação. **Relatório da Consulta Avançada**. Brasília, 2023. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/. Acesso em: 13 de julho de 2023.

ESCOLAS MÉDICAS DO BRASIL. **Valores das mensalidades dos cursos de medicina**. Disponível em: https://www.escolasmedicas.com.br/mensalidades.php. Acesso em 30 jun. 2023.

MACHADO, N. A. J. **Globalização e gestão universitária**: um estudo das instituições municipais de ensino superior do Estado de São Paulo. Dissertação. Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca FACEF. Franca. São Paulo: 2000.

MEDEIROS, P. C.; SILVEIRA, F. E. B.; SOUZA, I. M. A Municipalização do Ensino Superior no Brasil: Um estudo de multicasos na dimensão estrutural e de gestão de pessoas**. Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, p. 228-250, 2021. Disponível em https://scholar.archive.org/work/kf3heuprszaypnnyxxgt5ax5wu. Acesso em: 2 de julho de 2023.

SIEWERDT, M. J. **Instituições de Ensino Superior do Sistema Acafe e Autonomia Universitária**: o trabalho docente nos (des) encontros entre o proclamado e a práxis. Tese UFSC. 2010. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94311. Acesso em 29 mar. 2023.

VENERIO, C. M. S. **Universidade e Comunidade**: o ethos comunitário das universidades catarinenses mantidas por fundações municipais de direito privado – uma abordagem a partir do pluralismo jurídico. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2012. 334 p. Disponível em : https://repositorio.ufsc.br/ . Acesso em 23 de abril de 2023.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Entre mercado e conhecimento: a influência da lógica neoliberal nas políticas do Ensino Superior brasileiro

Mariana Martins Pereira
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP – Brasil
marianampereira@usp.br

Renata Lívia Soares Perini
Secretaria Municipal de Educação, São Paulo/SP – Brasil
renatalivia@hotmail.com

Introdução

O ensino superior brasileiro passou por expansão de vagas a partir dos anos 90, sob o pano de fundo de políticas neoliberais que se intensificaram nos anos 2000. Busca-se com esse trabalho propor uma reflexão sobre a racionalidade neoliberal no ensino superior brasileiro, discutindo em quais aspectos favorecem ou impossibilitam o cumprimento de suas finalidades, que são, dentre tantas, e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o *"desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo"*, e a formação de um quadro de diplomados para atuação em mercado de trabalho. A título de exemplo, citamos uma política de financiamento intitulada Fundo de Financiamento Estudantil - FIES (BRASIL, 2001), um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei Federal nº 10.260/2001.

Metodologia

Foi realizado levantamento bibliográfico sobre o ensino superior no Brasil e sobre a política de financiamento estudada, e levantamento documental de legislações federais e excertos de entrevistas que tratam do ensino superior brasileiro. Gil (2002) ressalta a relevância das pesquisas bibliográficas e documentais, destacando a diferença entre elas:

> A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2002, p. 45)

Por esse motivo, consideramos relevante analisar os documentos em paralelo ao aporte teórico, de modo a construir uma análise que promova a reflexão sobre o fenômeno estudado.

Discussão

Trataremos da problemática do Ensino Superior a partir da Reforma Universitária de 1968, que foi um marco na história da educação superior no Brasil. Ela foi implementada durante o

governo do presidente Artur da Costa e Silva, no período do regime militar (1964-1985). A reforma buscou reestruturar o ensino superior brasileiro, com o objetivo de modernizá-lo e adequá-lo às demandas do país na época. Um grupo de trabalho foi criado no Ministério da Educação e Cultura (MEC) com onze membros designados pelo Presidente da República, os quais deveriam *"acelerar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País"*. (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1968, p. 15).

Martins (2009) analisou as consequências da reforma de 1968 na expansão das instituições privadas de ensino superior, sendo a principal delas a ampliação de instituições privadas dentro de uma lógica de funcionamento empresarial. O autor defende que essa reforma não apenas modificou o sistema de ensino superior, mas criou um "novo sistema", estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e atendimento rápido às demandas do mercado educacional. Esse fator, somado ao aumento da demanda por vagas no ensino superior, tanto por conta do maior acesso ao ensino médio quanto pela ascensão social das classes médias após a década de 50, viabilizaram a entrada do setor privado no segmento. A expansão das vagas foi uma tentativa de suprir a demanda, porém não houve a alocação adequada de recursos para a construção de novas instalações públicas, o que incentivou o crescimento de instituições privadas.

Após o término da ditadura militar, teve início um processo de formulação de políticas educacionais que englobasse a implementação da gestão democrática, a abrangência da educação básica desde o nível infantil até o ensino médio, a garantia de gratuidade e a busca pela universalização, entre outros aspectos. A concretização desse novo capítulo na história do país foi percebida por meio da ampliação do acesso aos direitos sociais. Dentro desse contexto, um elemento fundamental na democratização foi a efetivação do direito à educação. A conquista da cobertura completa desde a educação infantil até o ensino médio foi de suma importância, pois visava estabelecer as bases essenciais para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, que envolvia toda a comunidade escolar do território, buscando formar cidadãos autônomos e críticos.

Contudo, com a Reforma do Estado brasileiro dos anos 90, a educação deixou de ser considerada exclusiva do Estado e passou a ser admitida a atuação de instituições privadas na prestação de serviços educacionais. Isso permitiu a expansão do setor privado no campo educacional e introduziu uma maior diversidade de modelos de ensino no país.

Nos governos Lula e Dilma, o ingresso de estudantes nas universidades atingiu grandes proporções. A promessa de Lula era duplicar o número de universitários em oito anos de governo, e essa meta não apenas foi alcançada, mas também superada. Conforme dados do INEP (INEP, 2000), eram 2.694.245 matrículas no Ensino Superior no ano 2000. Atualmente, o Brasil conta com 8,6 milhões de universitários, sendo 86% dessas matrículas em instituições privadas[1].

Porém, o crescimento quantitativo veio com algumas limitações. O Brasil, que anteriormente carecia de especialistas, agora emite diplomas em massa. Assim como Weber demonstrou a transição da formação para a especialização, Frank e Gabler (2006) esclarecem

[1] Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/resultados-do-censo-da-educacao-superior-2020-disponiveis. Acesso: 14/08/2023.

a mudança da especialização para a diplomação. Essa mudança envolve a transição de um conhecimento vertical (especialização) para um horizontal (diplomação). A ideia agora não é mais moldar indivíduos para a sociedade moderna, mas sim criar um bloco de cultura universalista. Este novo modelo possui um papel relevante na sociedade, pois torna-se funcional ao mercado, ao ponto de a percepção comum atual ser de que o mercado é o melhor qualificador, e a universidade acaba se convertendo em uma plataforma de base universalizada.

A abertura do mercado não se restringe apenas à venda de cursos e diplomas, mas também amplia e diversifica o consumo desses diplomados. Eles passam a consumir mercadorias com maior valor agregado, como produtos eletrônicos, digitais ou virtuais, reforçando a lógica da cidadania pelo consumo. É, portanto, o ato de consumir que atribui qualificação ao indivíduo.

A abertura para grandes conglomerados educacionais internacionais, através de iniciativas como o Prouni e o FIES, gerou uma massificação desenfreada de diplomas, cujas promessas de melhores oportunidades de emprego não se concretizaram. Ao contrário, o que se observa é um crescente endividamento dos alunos, sem uma correspondente inserção no mercado de trabalho em suas áreas de formação.

Com a crise que se abateu sobre o FIES em 2015, diversas Instituições de Ensino Superior (IES) e instituições financeiras perceberam uma oportunidade de lucro e estabeleceram programas de crédito estudantil privado, e passaram a investir intensivamente em estratégias de marketing para atrair os estudantes. Aqueles que conseguiram renovar seus contratos com o FIES se depararam com um novo obstáculo: valores de mensalidades maiores do que aqueles firmados no início do contrato. Em relação ao aumento das mensalidades do FIES, Santos Filho (2016) argumenta que houve um favorecimento às instituições privadas com fins mercantis de Ensino Superior, permitindo-lhes fixar mensalidades sem restrições, sem vínculo com índices inflacionários para o cálculo dos valores cobrados dos alunos financiados.

Dentro do âmbito educacional, as corporações de capital aberto testemunharam um crescimento substancial entre os anos de 2010 e 2015. A então, Kroton, atual Cogna, atingiu R$ 1,331 bilhão de receita líquida nos três últimos meses de 2015[2]. Contudo, a contrapartida em relação à qualidade da educação não se limita ao acesso dos alunos à universidade, mas envolve o tipo de instituição e educação que esses estudantes estão de fato recebendo.

Conclusão

Verifica-se que ao longo dos anos, a missão social da universidade vem sendo progressivamente erodida pelas influências do neoliberalismo. Enquanto a universidade possui uma finalidade que vai além das questões econômicas, o neoliberalismo tende a enxergá-la primordialmente como uma ferramenta de ganhos para grandes instituições educacionais, que buscam assegurar fatias maiores do orçamento. Nesse contexto, a tendência é a proliferação de diplomas sem um correspondente zelo pela qualidade do ensino. Esse declínio afeta tanto a esfera educacional quanto a pesquisa, gerando indivíduos que

[2] Disponível em: https://exame.com/negocios/kroton-tem-lucro-de-r-1-396-bi-em-2015/ Acesso: 14/08/2023.

enfrentam dificuldades em oferecer retornos significativos à sociedade em termos de contribuições científicas e desempenho no mercado de trabalho.

Nesse contexto, seja no âmbito de uma instituição pública ou privada de Ensino Superior, é imperativo que ambas contribuam para a consecução dos objetivos educacionais, que são sempre de natureza pública, uma vez que seus egressos irão desempenhar um papel ativo na vida em sociedade.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 14/08/2023

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm Acesso em: 14/08/2023.

FRANK, David J.; GABLER, Jay. **Reconstructing the university: worldwide shifts in academia in the 20th century.** Stanford: Stanford University Press, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2000.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf Acesso em: 14/08/2023.

MARTINS, Carlos Benedito. **A Reforma Universitária de 1968 e a Abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil.** Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan/abr 2009.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA, criado pelo Decreto nº 62.937/6. Rio de Janeiro: MEC/MPCG/MF, agosto, 1968.

SANTOS FILHO, João Ribeiro dos. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2016.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Financeirização da Educação Superior: Governança Corporativa e as estratégias de acumulação de capital das IES privado-mercantis

Tarcísio da Silva Cordeiro

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

tarcisiocordeiro@outlook.com

Introdução

A atual etapa de acumulação capitalista, centrado no poder das instituições financeiras (a financeirização), é uma das características fundamentais do neoliberalismo, um projeto burguês de dominação da sociedade por meio das finanças e da subjetividade dos indivíduos por intermédio da criação de consensos em favor do capital. A retomada das altas taxas de lucros por parte dos *Homens de negócios*, no caso brasileiro, foi impulsionada pelo Estado via fundo público (por meio da dívida pública (BRETTAS, 2012; 2020), assim como por meio da criação do arcabouço jurídico normativo legal a partir da década de 1990 (SOUSA, 2018), para favorecer o empresariado da educação, os banqueiros, os agiotas nacionais e internacionais e, aos empresários de variados ramos.

Nessa conjuntura, a Governança Corporativa - GC, "profissionalização da administração empresarial e da inserção de novos atores na gestão"(SOUZA, 2022, p. 30), se constrói na educação superior brasileira, nas empresas listadas na bolsa de valores (a Bolsa Brasil Balcão – B3), como forma de estratégias de maximização do valor acionário das empresas educacionais (SOUSA, 2018; CORDEIRO, 2020), especificamente as *Holdings* (empresas mães), bem como garantia dos volumosos retornos financeiros para os sócios e acionistas dos oligopólios educacionais atuantes na educação superior privada no Brasil.

O presente trabalho tem por objetivo expor as análises realizadas sobre as estratégias de valoração acionária das empresas que estão presente no mercado da bolsa de valores. A forma de gestão da GC nas Instituições de Ensino Superior – IES privado-mercantis, cria e apresenta estratégias de maximização do valor das ações como o principal objetivo das empresas educacionais. (SOUZA, 2022). O estudo discute sobre o atual modelo de gestão presente nessas empresas listadas no mercado da bolsa, o qual necessita ainda de estudos e pesquisas que desvendem os verdadeiros interesses financistas que estão por detrás do véu da aparência da financeirização da educação superior brasileira e global.

Metodologia

O presente texto em suas análises e discussões faz aproximações ao método do Materialismo Histórico e Dialético (MHD), pelo qual buscamos investigar o real em suas múltiplas relações, como totalidade de totalidades e unidade dos contraditórios (LEFEBVRE, 1995). Trata-se de uma pesquisa quantiqualitativa que discute sobre as estratégias de valorização das ações

de empresas educacionais. O estudo se apresenta como contribuição para as pesquisas sobre a GC presente nas empresas educacionais atuantes no mercado financeiro.

Governança Corporativa: As estratégias de maximização do valor acionário das IES privado-mercantis

A mercantilização da educação superior brasileira, materializada no atual regime de acumulação financeira orientado pelas finanças, tem sua construção legal a partir da década de 1990, com alterações na política e na economia, sobretudo com a produção do arcabouço jurídico-político normativo da educação por meio de várias leis, regulamentos de incentivos em favor do setor educacional privado-mercantil, concomitantemente e, de forma mais incisiva a partir Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado brasileiro em 1995. (SOUSA, 2018; KATO; CHAVES; MEGUINS, 2020).

Segundo Duménil e Lévy (2005), a construção do modelo da GC se deu no sentido de criação de estratégias para a retomada dos alicerces da empresa capitalista, seguindo a lógica da financeirização mundializada, como forma de salvaguardar o valor das ações das empresas e aos lucros de seus sócios e investidores.

A GC vem sendo justificada pelos intelectuais neoliberais, como a forma de gestão mais eficaz, ágil, flexível e produtiva a ser executada na gestão tanto pública quanto privada. Esse novo padrão ataca ao modelo burocrático do Estado.

Segundo Shiroma e Evagelista (2014), a defesa da GC se sustenta e se justifica no discurso de que a ineficácia, a morosidade, a inflexibilidade e a improdutividade do modelo burocrático de gestão atrapalhavam o desenvolvimento da organização pública e privada e, que para isso, se fazia necessário um modelo mais dinâmico e que garantisse a lucrabilidade e agilidade nos meios e processos, o que se reiterou com os estudos e pesquisas sobre a GC, os quais foram/são realizados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

O IBGC orienta que,

> As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, **alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização**, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum. (IBGC, 2023, online, grifos nossos)

Desta forma, com a adoção do modelo da GC as empresas, no nosso caso as educacionais, convertem os seus princípios e recomendações para salvaguardar a valoração acionária e concomitantemente preservar os direitos dos sócios e acionistas da organização, deixando em segundo plano a qualidade do ensino e os direitos doas trabalhadoras e trabalhadores do setor educacional, relegando-os a intensificação de seus ritmos de trabalho e a sua super exploração. (CHENAIS, 1998).

Com a adoção desse modelo no decorrer dos anos, a partir da década de 1990, as empresas educacionais nacionais e internacionais realizam a sua expansão e crescimento por meio de fusões e aquisições, tornando-se gigantes do mercado educacional brasileiro e global. Segundo Dowbor (2016, p. 25), “Não há como escapar de uma conclusão básica: com tantos anos de concentração corporativa e através de fusões e incorporações, criaram-se gigantes com grande poder de controle, mas pelo próprio gigantismo internamente

descontrolados", é o caso das maiores empresas educacionais brasileiras como a Cogna Educação, Ser Educacional S.A, Ânima Educação, YDUQS, entre outras.

Isso se deve ao fato de o Estado brasileiro diminuir anualmente os investimentos para a educação pública, ao mesmo tempo, em que cria uma estrutura jurídica-normativa que favorece ao setor privado. De acordo com Toro Blog, "em um setor que recebe menos recursos públicos, abre-se espaço para que as empresas privadas possam prosperar". (BLOG TORO INVESTIMENTOS, 2023, online, grifos do autor)

Como podemos perceber, as empresas educacionais impulsionadas pelo arcabouço jurídico-normativo, pelos incentivos fiscais (Programa Universidade para Todos – Prouni, por exemplo) e diminuição de investimentos por parte do Estado na educação pública, realizam as suas ofertas públicas de ações no mercado da bolsa e atraem investidores de ramos variados, os quais possuem como foco central a maximização dos ganhos financeiros provenientes de seus investimentos na esfera financeira.

Portanto, a Governança Corporativa se construiu no Brasil a partir da década de 1990 e se apresentou como solução ao modelo burocrático de gestão e, alternativa de resolução de conflitos e desarmonia nas empresas educacionais. Segundo Redecker e Baratz (2022, p. 166), ela se deu "como uma resposta para a resolução destes conflitos e de outras desavenças presentes no âmbito das companhias". Como nos mostra Sauviat (2005, p. 123), "Trata-se, pois, de um poder social mais amplo, que se exerce de certo modo do exterior e se encarna na afirmação da primazia dos interesses dos acionistas sobre qualquer outro interesse", ou seja, as estratégias da Governança Corporativa se dão única e exclusivamente para salvaguardar aos interesses dos *homens de negócios*.

Conclusão

A Governança Corporativa, como o atual modelo de gestão das IES privado-mercantis brasileiras busca de todas as maneiras criar novas estratégias para a maximização da valoração acionária das empresas educacionais presentes na B3, bem como auferir vultuosas margens de lucros para os sócios e acionistas dessas empresas do setor educacional. Todas as estratégias e medidas tomadas no âmbito da empresa educacional se dá para a valoração de suas ações e para o atendimento dos interesses e dos lucros dos sócios e acionistas que investem seus capitais na organização.

Portanto, o objetivo da adoção desse modelo de gestão é criar mecanismos de redução de custos, diversificação de seus portifólios educacionais, para que a empresa privado-mercantil venha a se expandir cada vez mais, se valorizar no mercado financeiro e produzir ganhos financeiros cada vez maiores para seus sócios e investidores nacionais e internacionais, internos e externos à organização. A qualidade do ensino e os direitos das trabalhadoras e trabalhadores das instituições mantidas é posto de lado, pois, o que interessa com a Governança corporativa e a valoração das ações e salvaguardar os direitos dos sócios e acionistas.

Referências

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Financeirização, crise, educação**: considerações preliminares. [2013]. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3256/TD217.pdf Acesso em: 12 de mai. de 2023.

BLOG TORO INVESTIMENTOS. **Ações de educação na Bolsa**: estude as melhores empresas do setor. [2023]. Disponível em: https://blog.toroinvestimentos.com.br/bolsa/acoes-educacao Acesso em: 13 de mai. de 2023.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil/ Tatiana Brettas. - Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CORDEIRO, Tarcísio da Silva. **O Modelo de Gestão da UNAMA com a Sua Aquisição pelo Grupo Ser Educacional S.A.** (2014-2018). Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9900899 Acesso em: 16 de mai. de 2023.

CHESNAIS, François. **A mundialização Financeira: gênese, custos e riscos /** Coordenado por François Chesnais. São Paulo: Xamã, 1998.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. **Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo**. In: F. Chesnais et al. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo; Xamã, 2005.

DOWBOR, Ladislau. **Governança corporativa**: o caótico poder dos gigantes financeiros. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/rpe/article/download/31350/21850/0 Acesso em: 26 de mar. de 2023.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Governança Corporativa**. [2023]. Disponível em: https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa Acesso em: 01 de ago. de 2023

KATO, Fabíola Bouth Grello; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MEGUINS, Rosime da Conceição. **O Modelo de Governança Corporativa na Educação Superior e as Repercussões no Trabalho Docente**: Um Estudo de Caso. [2020]. Disponível em: https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/4890/2368/21075 Acesso em: 12 de mai. de 2023.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / Lógica dialética** / Henri Lefebvre; tradução de Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 312p.

REDECKER, Ana Cláudia; BARATZ, Caroline Marques. **Governança Corporativa no Mercado de Capitais e o Acionista Minoritário**. [2022b]. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2022/4/2022_04_0159_0188.pdf em: Acesso em: 13 de mai. de 2023.

SAUVIAT, Catherine. **Os fundos de pensão e os fundos mútuos**: Principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. IN— CHESNAIS, François (org.). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequência / François Chesnais (org.); tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005. (p.109-132)

SOUSA, Jose Augusto Ewerton de. **Financeirização da Educação Superior Privado-Mercantil e sua (Não) Legalidade**. [2018]. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6456981 Acesso em: 16 de mai. de 2023.

SOUZA, Samantha Castro Vieira de. **A Financeirização e a Atuação de Grupos Estrangeiros no Ensino Superior Privado no Brasil**: o caso da Adtalem Global Education/Wyden Educacional. [2022]. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12258677 Acesso em: 16 de mai. de 2023.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Financiamento da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET's

Vera Lucia Jacob Chaves
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
veraluciajacob@gmail.com

Raimunda Conceição Rosa Pedrosa
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
rcrpedrosa@gmail.com

Resumo

O trabalho tem por objetivo apresentar resultados preliminares de pesquisa sobre o financiamento da política de assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs, no contexto da financeirização, destacando seu papel para a permanência dos estudantes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Busca-se investigar se os recursos destinados para a assistência estudantil dos IFETs, no período de 2011 a 2022, têm sido suficientes para atender a demanda de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica? Nos resultados conclui-se que a Emenda Constitucional 95/2016, compromete os investimentos nas áreas sociais, em especial nos recursos destinados à política de assistência estudantil desenvolvida nos IFETs; a assistência estudantil no contexto de desigualdade social se apresenta como instrumento paliativo para a garantia da permanência de estudantes no ensino superior.

Palavras chave: **Fundo Público. Financeirização. Financiamento. Assistência Estudantil. Institutos Federais.**

Financing the Student Assistance Policy at Federal Institutes of Education, Science and Technology – IFETS

Abstract

The aim of this work is to present preliminary results of research on the financing of student assistance policy at the Federal Institutes of Education, Science and Technology - IFETs, in the context of financialization, highlighting its role for the permanence of students. It is a bibliographical and documentary research. The aim is to investigate whether the resources destined for the student assistance of the IFETs, in the period from 2011 to 2022, have been sufficient to meet the demand of students in a situation of socioeconomic vulnerability? In the results, it is concluded that the Constitutional Amendment 95/2016 compromises investments in social areas, especially in resources destined to the student assistance policy developed in the IFETs; student assistance in the context of social inequality is presented as a palliative instrument to guarantee the permanence of students in higher education.

Keywords: **Public Funds. Financialization. Financing. Student Assistance. Federal Institutes.**

Financiación de La Política de Ayudas a Los Estudiantes en Los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología – IFETS

Resumen

El objetivo de este trabajo es presentar resultados preliminares de investigaciones sobre el financiamiento de la política de asistencia estudiantil en los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología - IFETs, en el contexto de la financiarización, destacando su papel para la permanencia de los estudiantes. Es una investigación bibliográfica y documental. El objetivo es investigar si los recursos destinados a la atención estudiantil de los IFET, en el período 2011 a 2022, han sido suficientes para atender la demanda de estudiantes en situación de vulnerabilidad socioeconómica. En los resultados, se concluye que la Reforma Constitucional 95/2016 compromete inversiones en áreas sociales, especialmente en recursos destinados a la política de atención a los estudiantes desarrollada en los IFET; La asistencia estudiantil en el contexto de la desigualdad social se presenta como un instrumento paliativo para garantizar la permanencia de los estudiantes en la educación superior.

Palabras-clave: **Fondos Públicos. Financiarización. Financiación. Ayudas a los Estudiantes. Institutos Federales.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Financiamento das Universidades federais e despesas da União com o Fies e gastos tributários com o Prouni: um estudo comparativo (2003-2022)

Franciele Quevedo dos Santos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Cascavel/PR – Brasil

franquevedo96@gmail.com

Luiz Fernando Reis

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Cascavel/PR – Brasil

reisluizfernando@gmail.com

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução das despesas da União com o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies e os gastos tributários com o Programa Universidade para Todos – Prouni comparados com as despesas com as universidades federais (incluídos os Hospitais Universitários) no período de 2003 a 2022. O Fies o Prouni são programas do governo federal que destinam recursos públicos às instituições privadas com o objetivo de ampliar o acesso de estudantes à educação superior.

Partimos da compressão que, no capitalismo, o fundo público contribui para viabilizar o processo de acumulação do capital e a oferta de políticas sociais voltadas à classe trabalhadora e, por isso, é objeto de disputa permanente entre grupos e classes sociais.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Para Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa documental, apesar de ser semelhante a bibliográfica, se diferencia na natureza das fontes, esta utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, documentos de “de primeira mão”. Na coleta de dados relativos às despesas da União com o Fies e as Universidades federais foram consideradas as despesas pagas no período de 2003 a 2022. Os dados referentes aos anos de 2003 a 2014 foram coletados nos Demonstrativos da Execução Orçamentária da União disponibilizados no Portal da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2021) e os dados relativos aos anos de 2015 a 2022 foram coletados no Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Ministério da Fazenda - SIOP (BRASIL, 2023a). Os valores referentes aos gastos tributários da União com o Prouni forma coletados nos Demonstrativos dos Gastos Tributários publicados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (BRASIL, 2023b). Os valores de todos os anos estão ajustados monetariamente para janeiro de 2023 (IPCA/IBGE).

Resultados e Discussão

O Fies é uma política federal de financiamento estudantil voltada à ampliação do acesso de estudantes ao ensino superior privado, com determinados requisitos que passaram por reformulações desde sua criação em 1999. O Fies foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso e mantido nos demais governos. Os valores do crédito estudantil são repassados às IES privadas por meio de títulos da dívida pública. Tais títulos podem ser utilizados pelas IES privadas para o abatimento de dívidas com Tesouro Nacional (contribuições previdenciárias e impostos federais) ou convertidos em recursos financeiros em caixa por meio de leilões dos títulos repassados pelo governo (Bressan, 2018).

O Prouni foi criado no governo Lula por meio da MP nº 213/2004, posteriormente convertida na Lei nº 11.096/2005. O programa oferece bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em IES privadas. As instituições que aderirem ao Prouni se tornam isentas do "Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas" (IRPJ), da "Contribuição Social sobre o Lucro Líquido" (CSLL), da "Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social" (COFINS) e da "Contribuição para o Programa de Integração Social" (PIS). Na prática, o Prouni implica em renúncia fiscal, perda de receitas do fundo público, e resulta em menos recursos disponíveis para o financiamento de ações e serviços públicos, dentre os quais as universidades federais.

O Fies, desde a sua criação em 1999, passou por várias reformulações. Em 2010, o governo Lula adota regras mais flexíveis, o que permitiu a elevação do número de matrículas na educação superior privada. Os juros caíram de 6,5% para 3,4% ao ano, o período da amortização também sofre alterações, com um prazo maior para quitação. O financiamento passa a ser possível em qualquer momento do ano. A prioridade deixa ser alunos de baixa renda, abarcando estudantes com renda per capita de até 20 salários-mínimos (Bressan, 2018).

Na tabela 1 são apresentados os recursos destinados ao Fies e os gastos tributários com o Prouni como percentual das despesas da União com as Universidades Federais (2003-2022). Como podemos observar na tabela, no período de 2003 a 2011, as despesas do governo federal com o Fies e os gastos tributários com o Prouni, em relação às despesas com as universidades federais, apresentaram pequena variação, em termos proporcionais, de 6,59% em 2003 para 7,51% em 2011. Nesse período representaram, em média 6,38%, das despesas com as universidades federais. A partir de 2012, os valores destinados ao Fies são ampliados num ritmo muito superior aos recursos destinados às universidades federais, especialmente de 2012 a 2017. Em 2017, os recursos destinados aos dois programas atingiram R$ 30,173 bilhões, o equivalente a 44,44% das despesas com as universidades federais (R$ 67,899 bilhões).

Tabela 1 – Despesas da União com as universidades federais como percentual dos recursos destinados ao Fies e ao Prouni no período de 2003 a 2022. Valores em R$, a preços de janeiro de 2023, corrigidos pelo IPCA

ANO	UNIVERSIDADES [A]	FIES [B]		PROUNI [C]		FIES E PROUNI [D]	
	R$	R$	% [B]/[A]	R$	% [C]/[A]	R$	% [D]/[A]
2003	26.294.674.457	1.734.105.850	6,59%	-	-	1.734.105.850	6,59%
2004	29.576.166.629	1.626.939.673	5,50%	-	-	1.626.939.673	5,50%
2005	28.350.929.598	1.452.113.914	5,12%	280.413.457	0,99%	1.732.527.371	6,11%
2006	34.484.836.607	1.427.317.195	4,14%	544.395.057	1,58%	1.971.712.252	5,72%
2007	35.990.491.384	1.667.891.646	4,63%	848.557.938	2,36%	2.516.449.583	6,99%
2008	39.269.880.049	1.568.342.673	3,99%	999.595.254	2,55%	2.567.937.927	6,54%
2009	44.804.684.221	1.798.308.656	4,01%	1.164.665.963	2,60%	2.962.974.619	6,61%
2010	51.991.456.311	1.829.933.184	3,52%	1.208.094.242	2,32%	3.038.027.426	5,84%
2011	54.565.034.789	2.990.406.178	5,48%	1.106.313.684	2,03%	4.096.719.862	7,51%
2012	55.811.931.403	6.273.806.456	11,24%	1.410.054.636	2,53%	7.683.861.092	13,77%
2013	61.055.948.122	10.106.141.062	16,55%	1.851.015.396	3,03%	11.957.156.457	19,58%
2014	64.646.074.442	19.838.706.593	30,69%	1.860.348.216	2,88%	21.699.054.809	33,57%
2015	63.840.033.812	21.894.031.717	34,30%	2.612.804.640	4,09%	24.506.836.357	38,39%
2016	64.520.894.777	24.839.827.568	38,50%	3.014.642.026	4,67%	27.854.469.594	43,17%
2017	67.898.645.813	27.007.004.752	39,78%	3.166.289.848	4,66%	30.173.294.600	44,44%
2018	63.765.381.524	16.064.988.803	25,19%	3.348.463.643	5,25%	19.413.452.446	30,45%
2019	63.965.302.018	12.359.610.290	19,32%	2.740.961.146	4,29%	15.100.571.436	23,61%
2020	62.584.597.518	7.337.047.394	11,72%	2.830.994.160	4,52%	10.168.041.554	16,25%
2021	64.792.809.430	5.963.463.370	9,20%	2.972.220.734	4,59%	8.935.684.104	13,79%
2022	54.670.984.567	5.060.592.483	9,26%	3.058.493.300	5,59%	8.119.085.783	14,85%
Δ 2003-2022	**107,92%**	**191,83%**		**-**		**368,20%**	
TOTAL 2003-2022	**1.032.880.757.471**	**172.840.579.457**		**35.018.323.340**		**207.858.902.795**	
% MÉDIO: 2003-2022			**14,44%**		**-**		**17,46%**

Fonte: Brasil, 2021. Câmara dos Deputados; Brasil, 2023a. Painel do Orçamento Federal (SIOP); Brasil, 2023b. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Demonstrativo dos Gastos Tributários. Elaboração deste estudo.

Se considerarmos o período de 2011 a 2017, os recursos destinados às universidades federais apresentaram um crescimento de 24,44% (de R$ 54,565 bilhões para R$ 67,899 bilhões) e os recursos destinados ao Fies foram ampliados em 803,24% (de R$ 2,990 bilhões para R$ 27,007 bilhões). Os gastos tributários com o Prouni foram elevados em 186,20% (de R$ 1,106 bilhão para 3,166 bilhões).

Em 2015, foram aprovadas regras mais restritivas de acesso ao Fies. Como consequência da adoção de tais regras, os valores destinados ao Fies começaram a declinar a partir de 2018: de R$ 27,007 bilhões em 2017 para R$ 5,061 bilhões em 2022, uma queda de 81,26%.

Apesar da queda dos valores destinados ao Fies a partir de 2018, os recursos públicos destinados ao Fies e Prouni no período de 2003 a 2022 apresentaram um crescimento, em

termos financeiros, de 368,20%: de R$ 1,734 bilhão para R$ 8,119 bilhões. Nesse mesmo período, os recursos destinados às universidades federais apresentaram um crescimento de 107,92%, evoluíram de R$ 26,295 bilhões em 2003 para R$ 53,497 bilhões em 2022.

Para Brettas (2019, p. 17) o Prouni juntamente com o Fies "permitiram a transferência de recursos públicos para o setor privado, promovendo o aumento de matrículas e contribuindo para a concentração e centralização do setor". A Tabela 2 revela que um número significativo de estudantes das IES privadas depende de algum tipo de financiamento para acessar a educação superior. Após 2015, na medida que foram reduzidas as matrículas financiadas com recursos públicos (Fies e Prouni), ocorreu uma ampliação significativa das matrículas que passaram a contar com financiamento de programas oferecidos pelas próprias IES privadas.

Tabela 2 – Matrículas com financiamento do Fies, Prouni e de programas próprios oferecidos nas IES em relação ao total de matrículas em instituições privadas de educação superior: 2010, 2015 e 2021

ANO	TOTAL MATRÍCULAS IES PRIVADAS [A]	MATRÍCULAS COM FINANCIAMENTO							
		FIES [B]		PROUNI [C]		PROGRAMAS DAS PROPRIAS IES [D]		TOTAL [E] = [B] + [C] + [D]	
	Nº	Nº	% [B]/[A]	Nº [C]/[A]	%	Nº [D]/[A]	%	Nº	% [E]/[A]
2010	4.764.062	152.534	3,20%	337.216	7,08%	593.712	12,46%	1.083.462	22,74%
2015	6.080.989	1.344.379	22,11%	517.859	8,52%	908.617	14,94%	2.770.855	45,57%
2021	6.908.214	223.009	3,23%	478.681	6,93%	1.926.198	27,88%	2.627.888	38,04%
Δ 2015-2021	**45,01%**	**46,20%**		**41,95%**		**224,43%**		**142,55%**	

Fonte: INEP, 2023. Painel do Censo da Educação Superior. Elaboração deste estudo.

Em 2010 o número de matrículas que contava com financiamento público (Fies e Prouni) representava 10,28% do total das matrículas nas IES privadas, em 2015 passou a representar 30,63% e em 2021 caiu para 10,16%. Em 2010 o número de matrículas que contava com financiamento de programas oferecidos pelas próprias IES representava 12,46% do total das matrículas nas IES privadas, em 2015 passou a representar 14,94% e em 2021 praticamente dobrou e passou a representar 27,88 do total das matrículas.

Neves, Farenzena e Bandeira (2021, p. 10) ao ser referirem ao FIES afirmam que o financiamento público de instituições privadas converteu tais instituições "em 'potências empresariais', sem que tenham sido respondidas questões relacionadas à qualidade dos cursos ofertados ou a desempenho acadêmico dos estudantes".

Conclusão

Os dados apresentados revelam que o fundo público, por meio do aporte de recursos públicos para o Prouni e o Fies, contribuiu para viabilizar a expansão das instituições privadas de educação superior, especialmente no governo Dilma (2011-2016).

O Fies e o Prouni ampliaram as oportunidades de acesso da juventude trabalhadora à educação superior privada, de qualidade discutível. Tais programas garantiram, especialmente,

a rentabilidade das instituições privadas que converteram a educação, que deveria ser um direito inalienável da juventude, num negócio lucrativo, financiado em parte pelo fundo público.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Demonstrativos da Execução Orçamentária da União**. (2003-2014). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa. Acesso em 7 julho e 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). **Painel do Orçamento Federal**. (2015-2022). Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06. Acesso em 27 fev. de 2023a

BRASIL. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Gastos Governamentais Indiretos, de Natureza Tributária (Gastos Tributários – Conceituação). Abril de 2003. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/outros-estudos/gastos-governamentais-indiretos-de-natureza-tributaria-2003/view. Acesso em 5 ago. 2023

BRASIL. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. **Demonstrativo dos Gastos Tributários** (2023; 2020; 2017; 2014; 2011). Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/renuncia/gastos-tributarios-bases-efetivas. Acesso em 4 ago. 2023b

BRESSAN, Lucas. **Financeirização na Educação Superior privada brasileira**: permanência por endividamento, expansão por benefício público. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

BRETTAS, Tatiana. As bolsas, o crédito e os fundos: a financeirização do ensino superior no capitalismo dependente no Brasil. **Germinal**: **Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 7-18, dez. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/issue/view/1908. Acesso em 2 ago. 2023.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Painel do Censo da Educação Superior**. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjUzZjU2YzItY2VlZC00MzcwLTk4OWYtODMzNWEyNzJkM2ZhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acesso em 5 ago. 2023

NEVES. Rodrigo Meleu; FARENZENA. Nalú; BANDEIRA. Denise L. Reformulaçãos e Implementação do FIES (1999-2020): Um preâmbulo. **FINEDUCA - Revista de financiamento da educação,** v. 11, n. 6, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/100940. Acesso em: 5 ago. 2023.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Financiamento e endividamento estudantil no ensino superior na era da financeirização do capital

Leila Maria Costa Sousa

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

leilamariacsousa@gmail.com

Vera Lucia Jacob Chaves

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

veraluciajacob@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por finalidade apresentar uma análise da relação entre o financiamento e o endividamento estudantil no ensino superior e sua relação com o processo de financeirização. Trata-se de uma pesquisa documental com dados extraídos do *site* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sobre o Financiamento Estudantil (FIES). A questão central do estudo é: qual a relação entre a financeirização da educação superior e a política de financiamento estudantil implementada pelo governo federal por meio do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES? Os resultados apontam que a financeirização, com crescente influência do setor financeiro nas políticas sociais, tem afetado profundamente a educação. Esse processo tem sido viabilizado pelo Estado, que contribuiu para a expansão de grupos educacionais financeirizados e tem submetido os estudantes ao endividamento, uma das faces da financeirização do capital.

Palavras-chave: **Financiamento Estudantil. Endividamento estudantil. Financeirização.**

Financing and student debt in higher education in the era of financialization of capital

Abstract

This article aims to present an analysis of the relationship between funding and student debt in higher education and its relationship with the financialization process. This is a documentary research with data extracted from the website of the National Fund for the Development of Education (FNDE) on Student Financing (FIES). The central question of the study is: what is the relationship between the financialization of higher education and the student financing policy implemented by the federal government through the Student Financing Fund - FIES? The results indicate that the financialization, with the growing influence of the financial sector on social policies, has profoundly affected education. This process has been made possible by the State, which has contributed to the expansion of financialized educational groups and has subjected students to indebtedness, one of the faces of the financialization of capital.

Keywords: **Student Financing. Student debt. Financialization.**

Financiamiento y deuda estudiantil en la educación superior en la era de la financiarización del capital

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar un análisis de la relación entre financiamiento y deuda estudiantil en la educación superior y su relación con el proceso de financiarización. Se trata de una investigación documental con datos extraídos de la página web del Fondo Nacional para el Desarrollo de la Educación (FNDE) sobre Financiamiento de Estudiantes (FIES). La pregunta central del estudio es: ¿cuál es la relación entre la financiarización de la educación superior y la política de financiamiento estudiantil implementada por el gobierno federal através del Fondo de Financiamiento Estudiantil - FIES? Los resultados indican que la financiarización, con la creciente influencia del sector financiero en las políticas sociales, ha afectado profundamente la educación. Este proceso ha sido posible gracias al Estado, que ha contribuido a la expansión de los grupos educativos financiarizados y ha sometido a los estudiantes al endeudamiento, uno de los aspectos de la financiarización del capital.

Palabras-clave: **Financiamiento Estudiantil. Endeudamiento estudiantil. Financiarización.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Governança Corporativa na Educação Superior: análises entre o público e o privado

Fabiola Bouth Grello Kato
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
fabiola_kato@hotmail.com

Luma Barbalho Pontes
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
luma_bp@hotmail.com

Carolina Costa da Costa
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
carolc097@gmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva discutir o modelo de Governança Corporativa na educação superior privada-mercantil e pública sob a perspectiva da financeirização. Discute o movimento atual do capitalismo de predominância financeira, princípios da Governança Corporativa como modelo de gestão voltada para a maximização dos lucros, e a adesão a esse modelo em instituições privada-mercantis e universidades federais. É uma pesquisa descritiva e utiliza-se de levantamento bibliográfico da literatura especializada e documental, incluindo relatórios de gestão de instituições públicas e privadas. Os resultados apontam que os principais grupos de educação privado-mercantil no Brasil aderem à GC colocando a aferição de lucros à frente da qualidade da educação, e que a GC está se inserindo na gestão de universidades federais, por meio de documentos próprios e pela inserção de fundações de apoio privadas.

Palavras-chave: **Financeirização. Educação Superior. Governança Corporativa. Administração Pública.**

Corporate Governance in Higher Education: analyzes between the public and the private sectors

Abstract

This article aims to discuss Corporate Governance model in private-mercantile and public higher education from the perspective of financialization. The text discusses the current movement of capitalism of financial predominance, the principles of Corporate Governance as a management model aimed at maximizing profits, and the adherence to this model in private-mercantile institutions and federal universities. It is descriptive research and uses a bibliographic survey of specialized literature and documents, including management reports from public and private institutions. The results indicate that the main groups of private-mercantile education in Brazil adhere to GC, placing the measurement of profits ahead of the quality of education, and that GC is being inserted in the management of federal universities, through its own documents or the inclusion of private supporting foundations.

Keywords: **Financialization. Higher Education. Corporate Governance. Public Administration.**

Gobernanza Corporativa en la Educación Superior: análisis entre el sector público y el privado

Resumen

Este artículo analiza el modelo de Gobernanza Corporativa en la educación superior privada-mercantil y pública bajo la perspectiva de la financierización. Discute el movimiento actual del capitalismo de predominio financiero, los principios de la Gobernanza Corporativa como modelo de gestión orientado a la maximización de lucros, y la adhesión a ese modelo en instituciones privado-mercantiles y en universidades federales. Es una investigación descriptiva, utiliza levantamiento bibliográfico de literatura especializada y documentos como informes de gestión de instituciones públicas y privadas. Los resultados indican que los principales grupos de educación privado-mercantiles de Brasil adhieren a GC, anteponiendo el lucro a la calidad de la educación, y el GC entra en la gestión de universidades federales, en documentos propios y por la inserción fundaciones de apoyo privado.

Palabras-clave: **Financierización. Educación Superior. Gobernanza Corporativa. Administración Pública.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

O contingenciamento e o desfinanciamento de recursos públicos: relato do estudo de caso na Universidade Federal de Goiás (UFG)

Valéria Gouveia do Carmo Ferreira

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Goiânia/GO – Brasil

valleriagouveia@gmail.com

Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Goiânia/GO – Brasil

mcristinadm@yahoo.com.br

Introdução

A pesquisa intitulada "*O contingenciamento e o desfinanciamento de recursos: um estudo de caso na Universidade Federal de Goiás (2011-2022)"* investiga e sistematiza os financiamentos públicos e os supostos contingenciamentos, ocorridos na Universidade Federal de Goiás - UFG, no período de 2011 a 2022.

A motivação para desenvolver essa investigação surgiu, a princípio, através de algumas provocações iniciais, como conhecer o orçamento para a UFG, a lógica para a construção das políticas de financiamento para a educação superior, as oscilações do orçamento para a UFG entre outros questionamentos, que por estarem no limite do senso comum foram incapazes de trazer uma explicação do real.

A vivência e leituras dos trabalhos cuja temática versou sobre o interesse desta pesquisadora, contribuíram para a elaboração do **Problema** de pesquisa que assim se apresentou: **O contingenciamento de recursos na UFG no período de 2011-2022 é indicativo de uma política de *desfinanciamento* da educação superior?** Dessa forma chegamos ao objetivo geral da pesquisa que foi o de identificar, interpretar e analisar o contingenciamento de recursos na UFG no período de 2011-2022 como indicativo de uma política de *desfinanciamento* da educação superior.

Metodologia

A metodologia envolveu a investigação empírica, pesquisa bibliográfica e documental. Trata-se de uma pesquisa empírica com abordagem quantiqualitativa e análise documental. Os resultados obtidos na pesquisa quantitativa foram submetidos a análise qualitativa.

A pesquisa empírica assume o importante papel a partir da coleta de dados com a finalidade de conhecer uma das faces da realidade na intenção de estabelecer uma conexão entre a realidade observada e as políticas educacionais. Os dados empíricos coletados na pesquisa abordam aspectos da totalidade, quando trazemos resultados e o mapeamento quantitativo da expansão na educação superior até chegar na realidade particular da UFG, a

fim de observarmos os aspectos do desfinanciamento e do contingenciamento de recursos, ocorridos no período de estudo, num movimento do conhecimento do geral para o particular.

Para identificar os recursos orçamentários e financeiros aplicados à Gestão da UFG, dentro do recorte temporal (2011 a 2022), foram colhidos os aportes orçamentários públicos recebidos e em suas diversas rubricas (dotações autorizadas, empenhadas e liquidadas), a fim de construir uma planilha de acompanhamento e análise dos dados estatísticos apresentados. Para isto, os instrumentos utilizados foram: a observação, a coleta, a sistematização e a análise dos dados.

Como aporte teórico para as reflexões da pesquisa em construção foram estudados Amaral (2003; 2016; 2017; 2020; 2021 e 2022), Bianchetti (1999), Freitas (2018 e 2020); Frigotto (1999); Gadotti (1990 e 2001); Giacomoni (2010 e 2017). Marx e Engels (1977;1986 e 2001), dentre outros. Neste Resumo, trazemos como fonte primária dados disponibilizados pelo SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento).

Resultados e Discussão

A despesa pública firma-se em três estágios contábeis: o empenho é o primeiro estágio da despesa, seguindo da liquidação e do pagamento (estágio final). A pesquisa analisou o primeiro e o segundo estágios orçamentários pois entende-se que o processo de contingenciamento e do desfinanciamento retrataram-se nesses estágios.

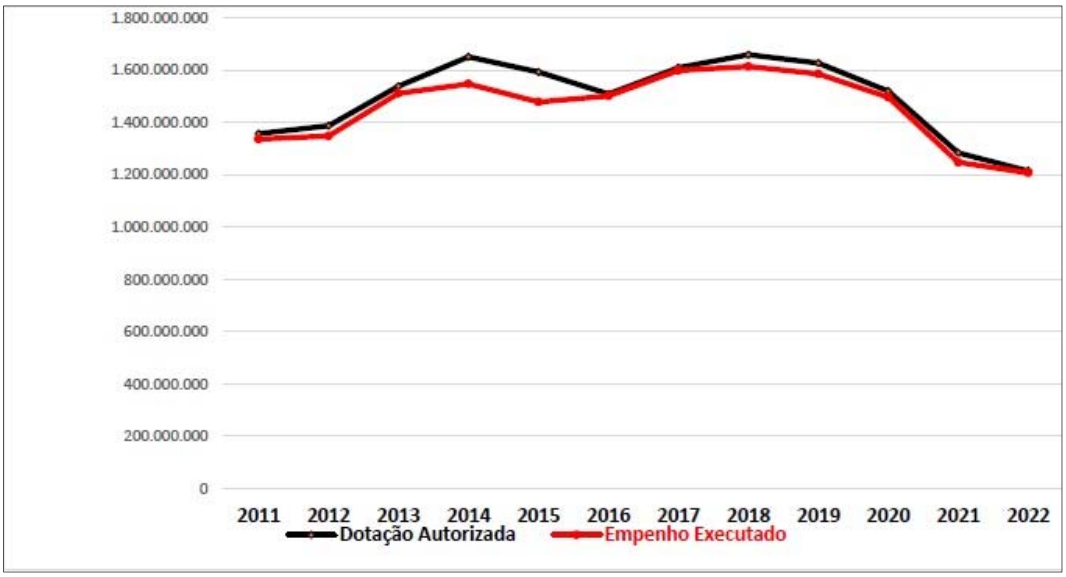
O contingenciamento de recursos na UFG – 2011 a 2022

A sigla GD refere-se à denominação para Grupo de Despesas no somatório do total de todos os orçamentos recebidos no período de 2011 a 2022 para a natureza das despesas (GD1= Pessoal e Encargos da Folha de Pagamento; GD3 = Outras despesas correntes-custeio e GD4= Despesas de Investimentos).

A explanação gráfica apresentada no Gráfico I referem-se ao somatório total da dotação autorizada em comparação ao empenhado (executado) para o total de todos os aportes orçamentários creditados pela LOA.

Percebe-se no Gráfico I um menor valor do executado entre os anos de 2014 e 2015, sendo este último ano a maior diferença percentual.

Gráfico I – Somatório GD´s - Dotação Autorizada X Empenho Executados – UFG (2011 a 2022) (Bilhão)



Fonte: SIOP – Sistema Integrado Planejamento e Orçamento – dados abertos. Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br. Acesso em: 27.abr.2023- Acumulado de dezembro/2022. Gráfico elaborado pela autora. Monetariamente atualizado pelo IPCA, com referência de dezembro/2022.

O menor orçamento executado foi o de **2015**, o que corresponde ao valor percentual de somente **92,79%** do orçamento executado da dotação autorizada. Em contrapartida, o menor orçamento autorizado foi no ano de 2022. Na diferença entre a maior dotação autorizada (2018) e a menor (2022) temos o valor de **R$ 444.837.224,45 milhões**.

A Tabela I apresenta os valores não empenhados em cada exercício na diferença entre os valores da dotação autorizada e o empenho executado para os grupos: ODC (custeio) e investimentos.

Tabela I – Diferença entre a Dotação Autorizada e Executada - Valores não empenhados no Percentual /ano. Grupos de Despesas: GD1, GD3 e GD4 – UFG (Milhares)

EXERCÍCIOS/ANOS	Diferença entre o valor da dotação autorizada e o valor do empenho executado (total grupos). valor não executado	PERCENTUAL NÃO EXECUTADO
2011	R$ 21.107.418,08	1,55%
2012	R$ 38.941.145,19	2,81%
2013	R$ 27.224.953,20	1,77%
2014	R$ 104.589.769,57	6,33%
2015	R$ 114.851.874,71	7,21%
2016	R$ 8.307.684,14	0,55%
2017	R$ 10.595.420,45	0,66%
2018	R$ 44.870.089,54	2,70%
2019	R$ 41.838.895,15	2,57%
2020	R$ 22.624.610,84	1,50%
2021	R$ 36.199.000,26	2,82%
2022	R$ 7.592.908,08	0,62%
VALOR TOTAL	R$478.983.503,28	-31,10%

Tabela elaborada pela autora a partir da diferença entre os valores da dotação autorizada em comparação aos valores empenhados. Valores monetariamente atualizados pelo IPCA – Referência dezembro/2022.

Alertamos para o fato que os retornos dos recursos ou desbloqueios acontecidos, em períodos próximos ao final do exercício orçamentário/financeiro anual, não resolvem a situação inicial apresentada de bloqueios, pois o processo de aquisições e de contratações públicas de serviços seguem prazos específicos definidos em lei e impossíveis de serem alterados, mudando a programação e a condução do planejamento das contratações públicas da UFG.

Na maioria das vezes os processos aquisitivos, são encerrados e não podem ser retornados no próximo exercício, quando **contingenciamento/bloqueio não retorna ao orçamento tornando-se um corte orçamentário**.

Quando o governo age dessa forma, não está desbloqueando os recursos, mas mantendo um contingenciamento que chamamos de "**induzido**" pois gera situação positiva irreal que se equipara aos cortes orçamentários. O desbloqueio orçamentário, nesses casos, está carregado de intenções políticas e/ou ideológicas dos governos, com o propósito único de desestabilizar e desrespeitar a autonomia universitária na tentativa de apontar, entre outros motivos, a ingerência dos órgãos e de seus gestores.

O Desfinanciamento de recursos na UFG – 2011 a 2022

Começamos a discutir este subitem trazendo duas falas do Ministro A. Weintraud em jornais e revistas de ampla divulgação.

> Não houve corte, não há corte. Vou repetir: não há corte, há contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento – e nem é 'recuperar' porque estamos em um marasmo a perder de vista – mas se tivermos crescimento econômico com a aprovação da nova Previdência, é só o que falta (G1. GLOBO EDUCAÇÃO, 07/05/2019 12h56).

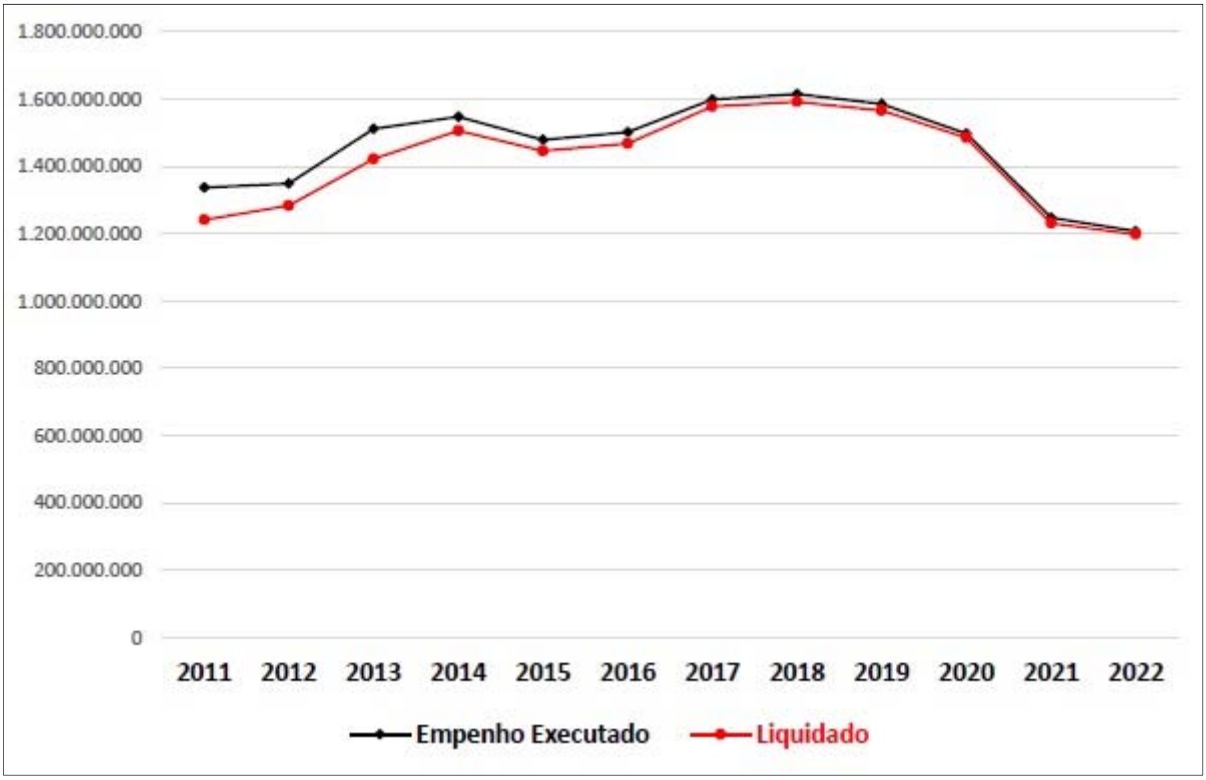
Em outra matéria veiculada pela Internet do Jornal *El País* lemos:

> O Governo afirma que o recurso poderá voltar a ser liberado se a reforma da Previdência for aprovada e se a economia do país melhorar no segundo semestre. "Esse contingenciamento vai ser revertido", afirmou Weintraub. Mas Cibele explica que, dependendo do momento em que essa verba **for desbloqueada, ela pode se tornar inútil**. [...] Ou seja, algo permanente (EL PAÍS, BRASIL, 22/06/2019, 12:49) (Grifos nossos).

As duas palavras que muitas vezes são tratadas como sinônimas, não são. Entretanto uma, no caso contingenciamento, pode abrir brecha e justificativa para a outra, cortes orçamentários. Vejamos algumas questões para clarificarmos esta afirmação.

A explanação demonstrada no Gráfico II comprova uma política de cortes e um padrão menor de orçamentos que vem se estabelecendo ao longo dos anos, frente a dotação orçamentária da LOA pois as autorizações anuais fazem estimativas em relação aos exercícios anteriores com recursos já contabilizados e contingenciados no ano anterior e tem sido utilizado como base de cálculo para os anos seguintes expondo a fragilidade da Universidade frente às políticas do financiamento público dos governos.

Gráfico II – Somatório GD's (GD1, GD3 e GD4) – Empenhos Executados x Liquidados UFG (2011 a 2022). Percentual liquidado (Bilhões) Fonte: SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – dados abertos



Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br. Acesso em: 27.abr.2023- Acumulado de dezembro/2022. Gráfico elaborado pela autora. Monetariamente atualizado pelo IPCA com referência de dezembro/2022.

A diferença apontada entre os valores totais empenhados e os valores totais liquidados de todas as despesas comprovam o processo de desfinanciamento (movimento de bloqueio financeiro), confirmando um cenário que tem fragilizado a gestão educacional na UFG ao longo dos exercícios financeiros. Os empenhos emitidos e liquidados após o ano de 2017, apresentaram-se em uma curva declinável.

Conclusões

A limitação dos recursos financeiros na UFG mediante o processo de contingenciamento afetou áreas essenciais da Universidade. Identificou-se, nos últimos anos doze anos (2011 a 2012), uma política de austeridade estabelecida que ficou demonstrada nas ações de contingenciamento e de desfinanciamento ocorridas a partir dos cortes orçamentários e dos movimentos financeiros acontecidos sistematicamente nas ações governamentais que influenciaram diretamente o planejamento e a condução da educação superior na UFG.

O cenário se apresentou de dificuldades para a manutenção das atividades acadêmicas regulares, pagamento de materiais e equipamentos necessários às pesquisas e atividades regulares, na paralisação das pesquisas, dos investimentos em infraestrutura, dos projetos de redução do número de bolsas de permanência e na diminuição do número de vagas disponíveis para estudantes trazendo ao retorno as discussões que versam sobre a gratuidade do ensino nas IFES.

A divergência de valores entre os executados e os liquidados confirma o que chamamos de desfinanciamento orçamentário pois a diminuição do orçamento de um processo já contingenciado tem funcionado como "justificativa' dos governos garantindo a continuidade de ações contra o financiamento público da educação superior.

O contingenciamento analisado no marco temporal da pesquisa fez-se mais presente nas despesas de capital (INV). Entretanto ao analisarmos os reflexos destes contingenciamentos podemos inferir que menor valor para capital dificulta o crescimento e a ampliação da educação superior nas suas dimensões: ensino, pesquisa e extensão sobretudo quando se necessita de equipamentos, de obras entre outros. Já o menor valor em custeio (ODC) interfere diretamente na rotina da universidade na manutenção, nos programas sociais para permanência dos estudantes, na falta de incentivo as pesquisas, na extensão, entre outras ações.

Referências

BRASIL.ELPAIS.COM. 31. maio. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/31/politica/1559334689_188552.html. Acesso em: 02.jun.2023.

G1. GLOBO.COM. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/07/nao- ha-corte-ha-contingenciamento-diz-ministro-da-educacao-sobre-orcamento-das- universidades-federais.ghtml. Acesso em: 03.jun.2023.

SIOP – SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO– dados abertos. Disponível em: https://www.siop.planejamento.gov.br. Acesso em: 27.abr.2023.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

O FIES e o financiamento da educação superior privada no Brasil entre 2010 e 2022: uma análise a partir do Fundo Público

Camila Furlan da Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

camilacfcosta@gmail.com

Pedro de Almeida Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

pacosta@ea.ufrgs.br

Resumo

Objetivo do artigo é analisar os movimentos orçamentários do FIES à luz da categoria Fundo Público, identificando a oscilação desses números como resultados das disputas pelo Fundo enquanto fenômeno concreto que é central ao processo atual de produção e reprodução do capital. A análise do programa público de financiamento reembolsável é realizada a partir das categorias de Fundo Público e disputa pelo Fundo Público. O estudo considerou os dados do censo nacional de educação superior, os relatórios de gestão anuais do FIES, os dados orçamentários extraídos das bases do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP) do governo federal dos entre 2010 e 2022. Os resultados evidenciam que o fundo público ao garantir o financiamento e subsidiar as taxas de juros, contribuiu para o metabolismo do capital, ao acelerar o processo de rotação das IES privadas na comercialização da mercadoria educação superior.

Palavras-chave: **Fundo Público. Política de financiamento do ensino superior privado. FIES.**

FIES and the financing of private higher education in Brazil between 2010 and 2022: an analysis based on the Public Fund

Abstract

This article analyses the FIES budget dynamics by the Public Fund Theory, discovering the patterns of oscillation as a consequence of Fund dispute as a concrete phenomenon central to the production and reproduction of financial capital. The analysis of the public reimbursable financing program is carried out from the categories of Public Fund and competition for the Public Fund. The study considered data from the national higher education census, annual FIES management reports, budget data extracted from the bases of the Integrated Budget and Planning System (SIOP) of the federal government between 2010 and 2022. Results shows that public fund, by guaranteeing financing and subsidizing interest rates, it contributed to the metabolism of financial capital by accelerating the process of rotation of private HEIs in the commercialization of higher education as a product.

Keywords: **Public Fund. Private higher education funding policy. FIES.**

FIES y el financiamiento de la educación superior privada en Brasil entre 2010 y 2022: un análisis a partir del Fondo Público

Resumen

El objetivo del artículo es analizar los movimientos presupuestarios del FIES a la luz de la categoría Fondo Público, identificando la oscilación de estos números producto de las disputas por el Fondo como un fenómeno concreto y central en el actual proceso de producción y reproducción del capital. El análisis del programa de financiación pública reembolsable se realiza a partir de las categorías de Fondo Público y disputa de Fondo Público. El estudio consideró datos del censo nacional de educación superior, informes anuales de gestión FIES, datos presupuestarios extraídos de las bases del Sistema Integrado de Planificación y Presupuesto (SIOP) del Gobierno Federal entre 2011 y 2022. Los resultados muestran que el fondo público, al garantizar el financiamiento y subsidiar las tasas de interés, contribuyó al metabolismo del capital, al acelerar el proceso de rotación de las IES privadas en la comercialización de mercancías de educación superior.

Palabras-clave: **Fondo Público. Política de Financiamiento de la Educación Superior Privada. FIES.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

O Financiamento do Ensino Superior e o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular

Ana Paula Batista da Silva Brito

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

anapaula.pbs@hotmail.com

Introdução

A discussão acerca do financiamento do ensino superior e sua relação estreita com o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (Feresp) é um tema de destaque haja vista a atuação direta deste Fórum no sentido do fortalecimento do setor educacional privado e sua expansão por meio do financiamento estudantil, principalmente no que tange ao financiamento público. Posto isso, o presente texto tem como objetivo apresentar uma breve análise das cartas do Feresp e as proposições para o financiamento do ensino superior e sua relação com as legislações educacionais que tratam do tema.

O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Privado congrega representantes de instituições de ensino superior privadas. A intervenção exercida por essa entidade pode ser interpretada como um tipo de *lobby* educacional, em que interesses particulares do setor privado educacional podem induzir as políticas educacionais brasileiras que tangem o ensino superior, sendo assim, o Feresp usa de mecanismos para o fortalecimento do setor privado mercantil por meio de financiamentos estudantis, principalmente no que diz respeito ao Fies como política pública.

Assim, "o *lobby* privatista é poderoso e organizado" (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015, p. 37), principalmente no que tange aos tempos atuais, quando nos deparamos com uma nova entidade de caráter privatista com interesse no fortalecimento do setor privado mercantil. Entidade representada pelo FERESP, atual e grande organizador do setor privado.

Metodologia

Adotou-se a pesquisa bibliográfica utilizando autores referências no assunto financiamento do ensino superior e sobre o Feresp. Bem como a análise documental com dados extraídos dos documentos do Fórum como suas cartas e as legislações brasileiras como o Plano Nacional de Educação.

Apresentação dos resultados

O Feresp teve sua criação no ano de 2008 após as empresas educacionais abrirem seu capital e observarem a necessidade de uma maior articulação do setor. Formado atualmente por catorze entidades e sindicatos do setor privado educacional, o Fórum promove todos os anos o Congresso Brasileiro de Educação Superior Particular (CBESP), com a participação dos empresários do ensino, bem como representantes públicos como ministros da educação e parlamentares, como destaca Brito (2019).

O CBESP tem o objetivo de formação de capacitação para os empresários do ensino e de proposições, após reuniões, para as legislações da educação superior brasileira em que por vezes têm conseguido êxito e obtido mudanças nessas legislações que tangem o ensino superior no Brasil, sempre no sentido do fortalecimento e expansão dos grupos educacionais do setor privado, como destaca os estudos de Brito (2019) que trata o Feresp como intelectual orgânico de base coletiva dessa fração burguesa do capital.

Observa-se desde a criação do Feresp que o assunto financiamento está sempre em destaque. Como na carta propositiva do Feresp do ano de 2008 em que discorre em um dos pontos que é necessário o "Aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento à educação superior com a ampliação dos recursos previstos e com a eliminação das burocracias desnecessárias" e a "Alteração da Lei nº 9.780/1999 que fomenta a inadimplência e afugenta a expansão das linhas de financiamento estudantil".

Já nesta carta a entidade destacou a necessidade de participação e de estabelecer um diálogo nas diversas instâncias governamentais, esta participação estimularia o debate para as modificações na política de financiamento, com proposições para a alteração na Lei nº 9.780/99 (BRASIL, 1999)[1], com o objetivo de diminuir a inadimplência e expandir o financiamento estudantil (FERESP,2016).

Na carta de Salvador (2011) a proposição para o financiamento foi de "Propugnar para que o sistema particular de ensino superior, pela sua importante contribuição social, possa ter acesso a financiamentos com taxas diferenciadas". O congresso que gerou esta carta contou com a participação do então Deputado Federal Gastão Vieira, do PMDB do Maranhão, que falou em favor de uma parceria com o setor privado em busca de fortalecer os financiamentos estudantis. Em seu discurso, destacou que vê "otimismo por parte do governo. Com a afirmação de que podem aumentar o acesso ao FIES, ProUni ou expansão das universidades, essa meta poderá ser até superada" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

Podemos inferir, a partir da análise de relacionamento do setor privado com o público, que as estratégias de expansão para o ensino superior privado-mercantil se davam, prioritariamente, por meio dos financiamentos públicos Fies e ProUni. Embora essas políticas sejam difundidas como mecanismos de acesso das classes "C" e "D" ao ensino superior, sabemos que esse é um dos meios de maior blindagem dessas IES privadas-mercantis. A pressão exercida por meio do Feresp junto aos órgãos do governo demonstra o quanto esse intelectual estava e sempre esteve interessado no fundo público. E uma das pautas que começam a surgir como pressão é relativa ao Fies para o ensino a distância.

Colocando-se na condição de um importante interlocutor e intelectual do setor privado-mercantil, o FERESP, em 2016, lançou sua carta com o tema "Ensino Superior brasileiro: soluções para um País que precisa avançar"[2]. Nela, expôs como compromisso e responsabilidade, além do fortalecimento do setor, novamente o incentivo ao Fies e ao ProUni

---

[1] Alterou a lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que "Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências" (BRASIL, 1999). Depois, foi substituída pela lei nº 10.183, de 12 de fevereiro de 2001 (BRASIL, 2001).

[2] O evento foi realizado em Porto de Galinhas – Pernambuco, no Enotel Convention & Spa, nos dias 14, 15 e 16 de abril de 2016.

e a exigência de políticas que garantissem a expansão dessas duas políticas, visando à adequação ao PNE 2014-2024. Apresentou, ainda, a novidade de

> Contribuir para a busca de **financiamentos** complementares **próprios das IES** ou mediante convênios com entidades especializadas para os alunos que deles necessitarem, em condições justas e razoáveis em termos de custos e prazos de pagamento. (CARTA DE PORTO DE GALINHAS, 2016, grifos nossos)

Notemos que a bandeira do FERESP, a partir de 2016, já caminhava para uma política de indução ao Financiamento Estudantil complementar próprio e mediante convênio com instituições especializadas (bancos etc.). Essa mudança de rumos sobre o financiamento tem relação direta com as alterações sofridas no âmbito do Fies: aumento da taxa de juros, que passou de 3,4% para 6,5% e a alteração do critério da renda familiar bruta para uma renda familiar *per capta* (até 2,5 salários mínimos) e a redução do número de novos contratos.

Esse Congresso aconteceu no mês de abril e, no mesmo ano de 2016, para o segundo semestre acadêmico, já havia um financiamento próprio para as IES privadas. Trata-se do Parcelamento Estudantil Privado (PEP), que foi "o primeiro parcelamento pré-aprovado para estudantes ingressantes no Ensino Superior" (PEP, 2019). Esse parcelamento faz parte da Kroton, uma das grandes empresas educacionais de capital aberto.

O Fies é responsável por repasses de ordem bilionária a essa fração burguesa do capital que são os empresários do ensino. De 2010 a 2016, houve um repasse da ordem de R$ 56,5 bilhões, dos quais 45,2% foram destinados à região Sudeste, conforme o site do FNDE divulga (FNDE, 2018).

No entanto, com as modificações que o Fies sofreu ao longo dos anos, essas empresas do setor educacional partiram para um novo mecanismo que as ajudasse na continuidade de expansão de matrículas e de captação de recursos. E, como mais um sinalizador de movimento de interesse capitalista, essas empresas buscam, agora, a maximização de seus lucros por meio da oferta do financiamento estudantil privado. Fato este que revela também uma política de Estado capitalista: a política econômica que transforma direitos e bens sociais, como a educação, em mercadoria e se concretiza a partir de um Estado neoliberal que facilita o processo de desregulamentação, liberalização e expansão do capital.

No entanto, continuam com suas proposições que dizem respeito ao financiamento estudantil para o ensino superior com o fortalecimento do Fies e ProUni, tendo em vista a forma de captação de fundo público e manutenção da expansão dessas empresas educacionais privadas-mercantis.

Conclusão

Os resultados apontam e esclarecem que a entidade representativa corroborou o financiamento do setor privado-mercantil tanto no uso do fundo público quanto nas estratégias de financiamento próprio, quando necessário, para a expansão dessas Instituições privadas-mercantis.

No que diz respeito a financiamentos, nota-se que o Feresp, de fato, tem trabalhado no sentido de buscar saídas para que o acesso ao ensino privado continue, mesmo com a diminuição dos financiamentos públicos. Para tanto, a partir de 2016 e intensificando-se em 2017, os financiamentos próprios das IES privadas/mercantis ganharam destaque. Como

exemplos de financiamento estudantil privado[3], podemos citar: o Crédito Universitário (PRAVALER); o Parcelamento Estudantil Privado (PEP) e o Parcelamento Estácio (PAR).

Notamos, nas ações das cartas do Feresp, o financiamento como algo substancial para os empresários do ensino, quiçá para sua continuidade de operações. A pressão exercida sobre o poder público para o fortalecimento de políticas como Fies e ProUni, por exemplo, no financiamento de estudantes oriundos das classes menos favorecidas no Brasil, é para que os incentivos fiscais dessas empresas cresçam cada vez mais.

Referências

BRITO, Ana Paula Batista da Silva. **O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular:** um novo intelectual orgânico de base coletiva. Dissertação (Mestrado). 143 f. 2019.

CÂMARA DO DEPUTADOS. **10 milhões de estudantes no ensino superior até 2020 é a meta do PNE.** 2011. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/noticias/10-milhoes-de-estudantes-no-ensino-superior-ate-2020-e-a-meta-do-pne. Acesso em: 02 fev. 2023.

CARTA DE PORTO DE GALINHAS. **Carta de Porto de Galinhas**. 16 abr. 2016. Disponível em: https://cbesp.com.br/carta-de-porto-de-galinhas/. Acesso em: 16 set. 2017.

FERESP. Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. **Oito anos trabalhando pela educação brasileira:** ações do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular - período 2008/2016. Brasília: FERESP, 2016.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Repasse de CFT-E.** 2018. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/financiamento/fies-graduacao/mantenedora-e-ies/repasse-de-cft-e. Acesso em: 05 jan. 2023.

MANCEBO, D.; VALE, A.A.; MARTINS, T.B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010**. Rev. Bras. Educ**. v.20, n.60, p. 31-50, 2015.

PRAVALER. **Crédito Universitário**. 2019. Disponível em: https://www.creditouniversitario.com.br/sobre-o-pravaler/. Acesso em: 12 Jan. 2019.

[3] Para maiores informações, consultar os sites das empresas. Sobre o PAR, consultar: Estácio Participações S.A, disponível em: http://portal.estacio.br/par/. Sobre o PEP, consultar: https://www.parceleafaculdade.com.br. E sobre o PRAVALER, consultar: https://www.creditouniversitario.com.br.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

O impacto dos cortes orçamentários na manutenção da política de assistência estudantil da UFRGS

Jessica Froehlich Flores

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

jessicafroehlichf@gmail.com

Camila Furlan da Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

camilacfcosta@gmail.com

Resumo

A Emenda Constitucional nº 95/2016 limitou os investimentos em Educação por 20 anos, em um momento de expansão da educação superior e diversificação no perfil do corpo discente, como fruto de políticas públicas de ações afirmativas. Esta pesquisa analisou os impactos da redução de investimentos na execução da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre 2016 e 2022. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa. O levantamento dos dados orçamentários foi feito através do SIOP e os dados dos estudantes foram obtidos no Painel de Dados da UFRGS. Os dados qualitativos foram obtidos através de entrevistas com beneficiários e gestores da assistência estudantil. Como resultado, identificou-se que o valor total investido na assistência estudantil foi reduzido, agravando processos pré-existentes causados pelo subfinanciamento da política, como a focalização e o condicionamento.

Palavras-chave: **Assistência Estudantil. Permanência Estudantil. Política Pública. Orçamento Público.**

The impact of budget cuts on the maintenance of the UFRGS student assistance policy

Abstract

Constitutional Amendment No. 95/2016 limited investments in education for 20 years, at a time of expansion of higher education and diversification in the profile of the student body, as a result of public affirmative action policies. This research analyzed the impacts of the reduction of investments on the implementation of the student assistance policy of the Federal University of Rio Grande do Sul, between 2016 and 2022. As for its nature, it is a qualitative-quantitative research. Budgetary data were collected from SIOP and student data were obtained from the UFRGS Data Panel. Qualitative data were obtained through interviews with beneficiaries and student assistance managers. As a result, it was identified that the total amount invested in student assistance was reduced, aggravating pre-existing processes caused by the underfunding of the policy, such as targeting focalization and conditioning.

Keywords: **Student Assistance. Student Permanence. Public Policy. Public Budget.**

El impacto de los recortes presupuestarios en el mantenimiento de la política de ayudas a los estudiantes de la UFRGS

Resumen

La Enmienda Constitucional 95/2016 limitó las inversiones en educación durante 20 años, en un momento de expansión de la educación superior y diversificación en el perfil del alumnado, como resultado de las políticas públicas de acción afirmativa. Esta investigación analizó los impactos de la reducción de las inversiones en la implementación de la política de asistencia estudiantil de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul, entre 2016 y 2022. En términos de naturaleza, se trata de una investigación cualitativa-cuantitativa. Los datos presupuestarios se recogieron a través de la SIOP y los datos de los estudiantes se obtuvieron del Panel de Datos de la UFRGS. Los datos cualitativos se obtuvieron a través de entrevistas con beneficiarios y gestores de ayudas a estudiantes. Como resultado, se identificó que el monto total invertido en la asistencia a los estudiantes se redujo, agravando procesos preexistentes causados por la desfinanciación de la política, como la focalización y el condicionamiento.

Palabras clave: **Asistencia al Estudiante. Permanencia Estudiantil. Políticas Públicas. Presupuesto Público.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

O Privado como Política Pública do Ensino Superior de Santa Catarina

Fernanda Denise Siems

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC – Brasil

fernandads@sed.sc.gov.br

Introdução

A expansão e interiorização do ensino superior em Santa Catarina, desde os anos 1960, materializou-se por meio do sistema fundacional pago, combinado com incentivos do fundo público estadual, inaugurando, no contexto da ditadura empresarial militar, a consolidação do privado como política pública. Neste trabalho discutiremos os efeitos da opção do Estado de Santa Catarina pela destinação do fundo público estadual da educação para o setor privado em detrimento à única universidade pública estadual, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Colocaremos em destaque as consequências do incentivo recorrente ao Ensino Superior privado, com e sem fins lucrativos, por meio da sub- vinculação do percentual mínimo constitucionalmente destinado à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). O governo estadual assumiu, historicamente, um padrão de gestão de recursos financeiros públicos e atendimento à demanda do ensino superior diversa dos demais Estados brasileiros, que, via de regra, mantém nas suas constituições estaduais a sub- vinculação de recursos, correspondente a um percentual da receita de impostos para o Ensino Superior público Estadual. Em Santa Catarina, os artigos 170 e 171 da Constituição Estadual de 1989 preveem a assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado. Portanto, a destinação de recursos públicos neste Estado não é exclusiva às instituições públicas. O artigo 171, por sua vez, prevê recursos oriundos da contrapartida de empresas que se beneficiam de isenção fiscal e se destina ao setor privado do ensino superior.

Metodologia

A análise desenvolvida nesse trabalho se baseia no materialismo histórico dialético de Karl Marx, sob o aparato categorial de Antônio Gramsci, compreendendo o Estado como garantidor da produção e reprodução da ordem burguesa, no qual se engendram diferentes frações de classe em disputa pelo fundo público e pelo controle da política econômica e social do Estado a fim de garantir que seus interesses particulares sejam priorizados. Nas disputas por hegemonia as frações de classe com maior capacidade de organização e direção tendem a universalizar seus interesses como se fossem objetivos gerais. Tais frações podem ainda, eventualmente, fortalecer alianças e coalizões em torno da unidade que coliga os diferentes setores de classe dominante, que é a ordem capitalista. No cerne do Estado se encarnam interesses que são legitimados no aspecto jurídico formal, por meio dos intelectuais, encarregados por carrear recursos públicos para o setor privado na mais variada trama de sub-vinculações no orçamento. Para a elaboração deste trabalho utilizamos os documentos

oficiais, leis e decretos que norteiam o financiamento do ensino superior em Santa Catarina e os dados registrados no Portal da Transparência de recursos públicos que se destinaram a todo Ensino Superior no Estado, no período 2011-2022 (Valores em R$ bilhões, a preços de dezembro de 2020, corrigidos pelo IPCA).

Resultados e Discussão

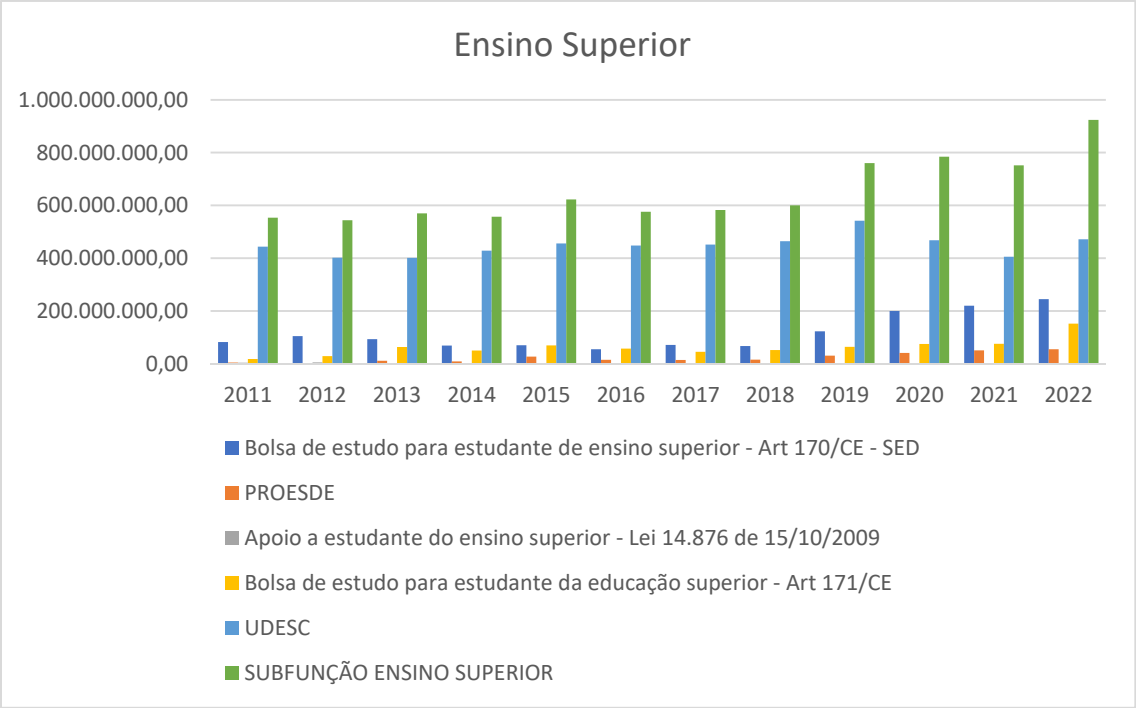
Embora a Carta de 1988 tenha vinculado recursos para o MDE no Artigo 212, o Artigo 213 permitiu que esses recursos continuassem a ser destinados às escolas confessionais, filantrópicas e comunitárias. Contudo, a Constituição Estadual de 1989, ao reafirmar a norma da vinculação de recursos para a educação no Artigo 167, acrescentou, no Artigo 170, o compromisso do Estado de prestar assistência financeira às fundações educacionais de ensino superior instituídas por lei municipal, alterado em 1999 para aquelas "legalmente habilitadas" a funcionar no Estado (Emenda Constitucional 15/1999), que abriu os cofres para o privado com fins lucrativos aos recursos que deveriam ser exclusivos para MDE das instituições públicas.

A lei complementar 281/2005 regulamentou 5% dos recursos do MDE para o ensino superior, distribuídos entre as fundacionais pertencentes à Associação Catarinense das Fundações de Ensino Superior (ACAFE) [1]e o setor privado com fins lucrativos na proporção de 90% para a ACAFE e 10% para as demais instituições. Na mesma direção, desviando recursos ao setor privado, o artigo 171 criou o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), destinando recursos advindos de empresas privadas beneficiárias de incentivos fiscais concedidos no âmbito estadual, de forma a ampliar ainda mais a concessão de bolsas de estudo ao setor privado do Ensino Superior.

O sistema ACAFE conquistou a hegemonia no ensino superior em Santa Catarina no âmbito da produção da política, por meio da atuação de seus intelectuais orgânicos, cujo livre trânsito entre as esferas do Executivo e o Conselho Estadual de Educação motivaram a aprovação de uma série de políticas que permitiram concretizar, no âmbito econômico, o acesso ao fundo público, por meio de subsídios que permitiram a construção de seu patrimônio, e de bolsas de estudos que garantiram sua permanência. Até 1990 a ACAFE possuía o monopólio das matrículas no ensino superior no Estado, e se deparam com a concorrência do setor privado pelo advento da LDB 9394/96, demandando parcelas crescentes do fundo público estadual frente às recorrentes crises financeiras enfrentadas pelas instituições. Um ano após a regulamentação do artigo 171 foi aprovada a lei 14.876/2009 prevendo ainda a compra de vagas remanescentes dessas instituições. A partir dos dados coletados identificamos também a destinação crescente de parcelas do fundo público estadual para o setor privado por meio do *Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional* (PROESDE) que desenvolve atividades de extensão universitária.

[1] A ACAFE é uma associação sem fins lucrativos que representa 14 instituições de ensino superior no Estado sendo 12 destas sob a categoria administrativa privada sem fins lucrativos, sendo uma destas pública municipal. A UDESC, constituída a partir de uma fundação ainda integra a ACAFE, embora seja pública estadual desde a CF/88 com financiamento específico no orçamento estadual. O artigo 170 não contempla a UDESC, somente o artigo 171 direciona 10% dos recursos disponíveis para ampliação de campi e investimentos estruturais.

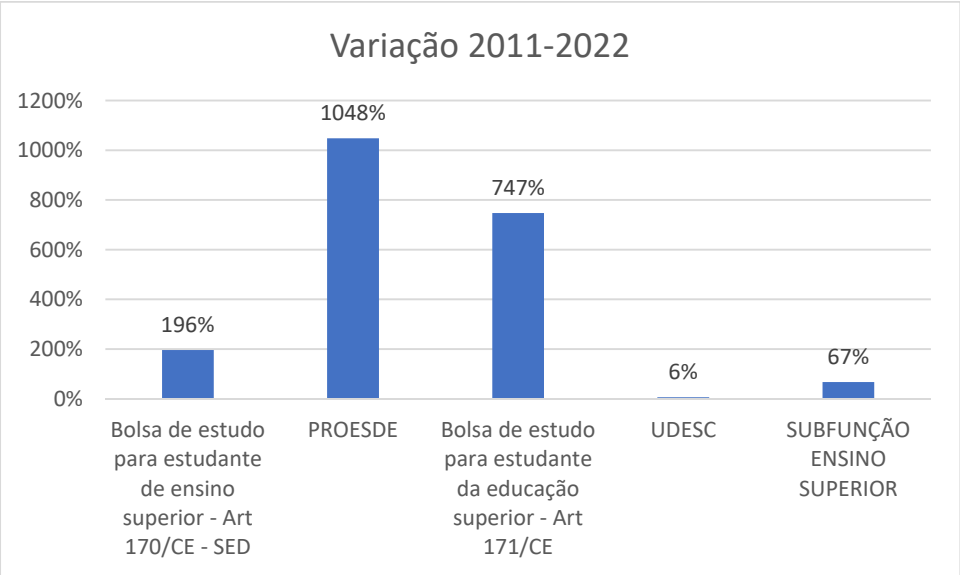
Gráfico 1 – Recursos públicos estaduais aplicados no ensino superior público e privado – 2011-2022



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das despesas com Educação-Fonte 12 totalizados por sub-função.
Fonte: https://transparencia.sc.gov.br/despesa

Os recursos destinados aos artigos 170 e 171 que se destinam aos setores privados, bem como o PROESDE, crescem continuamente no período e, destacadamente a partir de 2019, em detrimento dos recursos destinados à UDESC. O crescente aporte de recursos ao setor privado não encontra simetria com o financiamento da UDESC, e segue escandalosamente superior, e deslinda a opção pelo privado como política do Estado, conforme revelam os percentuais entre os anos 2011 e 2022.

Gráfico2 – Variação de investimentos no Ensino Superior



Numa perspectiva sistêmica, a partir das diversas formas de pilhagem dos recursos públicos por meio da legislação produzida no período, o atendimento à demanda do ensino superior no Estado encontra-se limitada e direcionada ao atendimento do setor privado restringindo a capacidade do Estado de ampliar os projetos de melhoria da qualidade do ensino público e da expansão da UDESC.

O crescente aporte de recursos públicos faz parte da dinâmica do capitalismo contemporâneo na reprodução do capital de modo a impregnar a ação pública de modelos de gestão próprios da lógica de mercado, orientada por " modelos de organização e gestão típicos da empresa capitalista privada. " (LIMA, 2018, p.130). Se esgota a aparente racionalidade liberal discursiva segundo a qual o papel do Estado deveria se resumir a corrigir "falhas do mercado" (OLIVEIRA, 1998, p.35) tornando o fundo público estrutural na dinâmica capitalista, que, incapaz de realizar as taxas de lucro, demanda parcelas crescentes do fundo público que atua como uma acumulação primitiva. Dourado e Bueno (2001) salientam que

> Processa-se uma falsa publicização do privado, que se apropria cada vez mais do espaço público no que concerne ao carreamento de recursos e à exploração de serviços, ao mesmo tempo em que aprofunda suas características mercadológicas, configurado como sua minimização no tocante às políticas públicas (DOURADO, BUENO,2001, p.2)

Ao garantir na CE/SC de 1989 uma parcela do MDE, com base numa pretensa vocação pública orientada para a democratização, a ACAFE destrava a destinação de recursos para o setor privado estrito, condiciona e impede a expansão da educação pública. Tal quadro, segundo os autores, produz uma situação perversa da ação estatal ao borrar ideologicamente as "fronteiras e diferenças entre os interesses coletivos e os interesses particulares, facultando a emergência da privatização do público e, consequentemente, a interpenetração entre as esferas público e privado. (DOURADO, BUENO,2001, p.3). Desse modo se impõe ao setor público a impossibilidade de expansão do ensino superior público, o que afetaria, em grande medida, a lucratividade e a hegemonia do setor privado no setor.

Conclusões

A análise apresentada revela que no Ensino superior de Santa Catarina materializou-se uma política de Estado que potencializou, ao longo de décadas, recursos públicos estaduais para o setor privado, num processo que teve sua gênese definida na expansão pela via do ensino superior pago. O Estado transfere ao setor privado recursos públicos para auferir vantagem econômica promovendo a concorrência no setor, concedendo privilégios a uma fração de classe específica, a ACAFE, que detém o poder de definir os rumos dessa etapa de ensino, contradizendo a própria lógica liberal de mercado. O trânsito de intelectuais da ACAFE nas esferas de decisão do aparato estatal, especialistas na identificação de brechas de acesso ao fundo público nos textos legais, produziu hibridismos jurídicos e organizacionais complexos, materializados em políticas públicas que negaram o acesso ao ensino superior de excelência, laico, socialmente referenciado e gratuito à sociedade catarinense condenando a UDESC a uma posição subalterna na qual sua expansão é limitada de acordo com os interesses do setor privado.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

DOURADO, Luiz; BUENO, Maria. O público e o privado na educação. In: Políticas e gestão da educação (1991-1997) / Realização: Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação. – Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001.

LIMA.L.C. Privatização Lato Sensu e impregnação empresarial na gestão da Educação pública. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 129-144, jan. /abr. 2018

OLIVEIRA, Francisco de. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes.1998.

SANTA CATARINA. Lei Complementar Nº 281 de 20 de janeiro de 2005.Regulamenta o art. 170, os arts. 46 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual e estabelece outras providencias. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2005/281_2005_lei_complementar.htmlSANTA CATARINA.

SANTA CATARINA. LEI COMPLEMENTAR Nº 407 de 25 de janeiro de 2008.Regulamenta art. 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina. Disponível em: https://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/2008/lc_08_407.htm

SANTA CATARINA. LEI Nº 14.876, DE 15 DE OUTUBRO DE 2009. Altera dispositivos da Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão social na forma do art. 204 da Constituição Federal e estabelece outras providências. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2009/14876_2009_Lei.html

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): Financiamento e Expansão no Contexto da Emenda Constitucional 95/2016

Cristiane Praciano Lauriano de Lima

Secretaria de Estado de Educação do Ceará, Fortaleza/CE – Brasil

cristianepracianolauriano@gmail.com

Maria Aparecida dos Santos Ferreira

Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), São Paulo do Potengi/RN – Brasil

maria.santos@ifrn.edu.br

Resumo

O presente artigo objetiva analisar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), seu financiamento e os desafios da expansão no contexto da Emenda Constitucional 95/2016. Utilizou-se como procedimentos técnico-metodológicos a revisão bibliográfica e a análise documental. Os dados foram extraídos do Painel do Orçamento Federal (SIOP) e do Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA), com ênfase para o detalhamento das ações do Ministério da Educação para a Assistência ao Estudante no Ensino Superior, ação 4002. O estudo permitiu, entre outros achados, desvelar que no âmbito da EC 95/2016, o orçamento planejado para a Assistência Estudantil, no PLOA - ação orçamentária 4002, foi reduzido, em relação ao ano anterior, nos anos de 2018, 2020 e 2021, em 21%, 44% e 49%, respectivamente. Essa redução dificulta pensar em um aumento da cobertura do programa para o atendimento a um maior número de estudantes e negligencia o direito à educação superior.

Palavras-chave: **Programa Nacional de Assistência Estudantil, Financiamento, Emenda Constitucional 95/2016.**

National Student Assistance Program (PNAES): Financing and Expansion in the Context of Constitutional Amendment 95/2016

Abstract

This article aims to analyze the National Student Assistance Program (PNAES), its funding and the challenges of expansion in the context of Constitutional Amendment 95/2016. Bibliographic review and document analysis were used as technical-methodological procedures. Data were extracted from the Federal Budget Panel (SIOP) and the Annual Budget Law Project (PLOA), with emphasis on detailing the actions of the Ministry of Education for Student Assistance in Higher Education, action 4002. Among other findings, reveal that under EC 95/2016, the planned budget for Student Assistance, in the PLOA - budgetary action 4002, was reduced, compared to the previous year, in the years 2018, 2020 and 2021, by 21%, 44% and 49%, respectively. This reduction makes it difficult to think of an increase in program coverage to serve a greater number of students and neglects the right to higher education.

Keywords: **National Student Assistance Program, Financing, Constitutional Amendment 95/2016.**

Programa Nacional de Atención al Estudiante (PNAES): Financiamiento y Expansión en el Contexto de la Reforma Constitucional 95/2016

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el Programa Nacional de Atención al Estudiante (PNAES), su financiamiento y los desafíos de su expansión en el contexto de la Enmienda Constitucional 95/2016. Se utilizaron como procedimientos técnico-metodológicos la revisión bibliográfica y el análisis de documentos. Los datos fueron extraídos del Panel de Presupuesto de la Federación (SIOP) y del Proyecto de Ley Anual de Presupuesto (PLOA), con énfasis en detallar las acciones del Ministerio de Educación para la Atención a los Estudiantes de Educación Superior, acción 4002, entre otros hallazgos, revelan que bajo EC 95/2016, el presupuesto previsto para la Atención al Estudiante, en la PLOA - acción presupuestaria 4002, se redujo, respecto al año anterior, en los años 2018, 2020 y 2021, en un 21%, 44% y 49%, respectivamente. Esta reducción dificulta pensar en un aumento de la cobertura de los programas para atender a un mayor número de estudiantes y desatiende el derecho a la educación superior.

Palabras-clave: **Programa Nacional de Atención al Estudiante, Financiamiento, Reforma Constitucional 95/2016.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Uma Revisão Sistemática da Literatura sobre o Financiamento da Educação Superior no Brasil

Helena Agelos

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil

helena.agelos@outlook.com

Claudia Regina Baukat Silveira Moreira

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil

claudiamoreira@ufpr.br

Resumo

Este estudo teve como objetivo organizar um levantamento de trabalhos publicados a partir de 2016 sobre o financiamento da Educação Superior brasileira por meio de revisão sistemática de literatura, a fim de identificar qual tem sido o escopo da pesquisa que tematiza a questão. Utilizando o Portal de Periódicos da Capes, definidos os descritores "financiamento" AND "educação superior", foram mapeados 24 artigos publicados no período de análise. Para fins analíticos, os resultados foram classificados conforme as temáticas: políticas governamentais, financeirização, análise das metas do PNE 2014-2024, proposições do Banco Mundial, custo aluno e programas (Reuni, ProUni e Fies). Concluiu-se que os pesquisadores do tema se debruçam principalmente sobre o fenômeno da privatização da Educação Superior por meio de diferentes métodos de análise. Também conclui que a pesquisa no campo carece de análises dos orçamentos das universidades públicas.

Palavras-chave: **Educação Superior. Financiamento. Revisão de Literatura.**

A Systematic Review about Higher Education Funding in Brazil

Abstract

The aim of this study was to organize a survey of papers published since 2016 on the funding of Brazilian higher education by means of a systematic review, in order to identify the scope of research on the issue. Using the Capes Journal Portal, and defining the descriptors "funding" AND "higher education", 24 articles published in the period of analysis were mapped. For analytical purposes, the results were classified according to the following themes: government policies, financialization, analysis of the goals of the PNE 2014-2024, World Bank proposals, student costs and programs (Reuni, ProUni and Fies). It was concluded that researchers on the subject focus mainly on the phenomenon of the privatization of higher education using different methods of analysis. It also concludes that research in the field lacks analysis of public university budgets.

Keywords: **Higher Education. Funding. Review.**

Una Revisión Sistemática de la Literatura sobre el Financiamiento de la Educación Superior en Brasil

Resumen

El objetivo de este estudio fue organizar un levantamiento de artículos publicados desde 2016 sobre la financiación de la educación superior brasileña por medio de una revisión sistemática

de la bibliografía, con el fin de identificar el alcance de las investigaciones sobre el tema. Utilizando el Capes Journal Portal y los descriptores "financiación" Y "educación superior", se mapearon 24 artículos publicados en el período analizado. Para fines analíticos, los resultados fueron clasificados de acuerdo con los siguientes temas: políticas gubernamentales, financiarización, análisis de las metas del PNE 2014-2024, propuestas del Banco Mundial, costos estudiantiles y programas (Reuni, ProUni y Fies). Se concluyó que los investigadores sobre el tema se centran principalmente en el fenómeno de la privatización de la educación superior utilizando diferentes métodos de análisis. También se concluye que la investigación en este campo carece de análisis de los presupuestos de las universidades públicas.

Palabras-clave: **Educación Superior. Financiamiento. Revisión de la Literatura.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Comitê Científico

XI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA)

Anais do XI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA - **"Financiamento da Educação de qualidade com redução das desigualdades e respeito às diferenças"**, realizado, na sua parte presencial, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), nos dias 6, 7 e 8 de dezembro de 2023.

Eixos Temáticos

1 - Políticas de financiamento da educação básica
2 - Políticas de financiamento da educação superior
3 - Planos de carreira e remuneração de professores
4 - Relações público-privadas no financiamento da educação

Comitê Científico

Coordenação Geral: Cacilda Cavalcanti e Theresa Adrião

Eixo 1 – Políticas de financiamento da educação básica
Coordenação: Calinca Jordânia Pergher

Eixo 2 – Políticas de financiamento da educação superior
Coordenação: Fabíola Bouth Grello Kato

Eixo 3 – Planos de Carreira e Remuneração de professores
Coordenação: Magna França

Eixo 4 – Relações público-privadas no financiamento da educação
Coordenação: Raquel Borghi

Avaliadores

Eixo 1 - Políticas de financiamento da educação básica

Adriana Aparecida Dragone Silveira
Andrea Barbosa Gouveia
Cacilda Rodrigues Cavalcanti
Calinca Jordânia Pergher
Diego Lutz
Fernando Vizotto Galvão
José Marcelino de Rezende Pinto
Josete Maria Cangussú Ribeiro
Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita

Maria Goreti Farias Machado
Maria Luiza Rodrigues Flores
Marilda de Oliveira Costa
Nalú Farenzena
Rosa Maria Pinheiro Mosna
Rosana Evangelista da Cruz
Simony Rafaeli Quirino
Theresa Adrião
Thiago Alves

Eixo 2 - Políticas de financiamento da educação superior

André Rodrigues Guimarães
Cristina Helena Almeida de Carvalho
Emerson Duarte Monte
Fabíola Bouth Grello Kato
Luiz Fernando Reis
Maria Rosimary Soares dos Santos
Nelson Cardoso Amaral
Rhoberta Santana de Araújo
Valéria Silva de Moraes Novais
Vera Lúcia Jacob Chaves

Eixo 3 - Planos de carreira e remuneração de professores

Dalva Valente Guimarães Gutierres
Flávio Bezerra de Sousa
Jarbas de Paula Machado
Joedson Brito dos Santos
Luciana Leandro da Silva
Magna França
Magna Jovita Gomes de Sales e Silva
Márcia Aparecida Jacomini
Marcos Edgar Bassi
Marcus Quintanilha da Silva
Maria Aparecida dos Santos Ferreira
Pelegrino Santos Verçosa
Rubens Barbosa de Camargo

Eixo 4 - Relações público-privadas no financiamento da educação

Cássia Alessandra Domiciano
Daniela de Oliveira Pires
Fabiana Alvarenga
Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
Maria Eliza Nogueira Oliveira
Raquel Fontes Borghi
Samara de Oliveira Silva